

## Sumário

### [Introdução](#)

### [Promoção de competitividade](#)

Atuação do BNDES  
Casos de sucesso  
Exportações com maior competitividade  
Novos pólos de exportação e promoção comercial

### [Modernização empresarial e produtiva](#)

Práticas internacionais de gestão  
Qualidade e produtividade  
Design  
Geração e incorporação de inovações tecnológicas  
Ações específicas em setores selecionados  
Cronograma de medidas relevantes para o desempenho da indústria e do comércio exterior do Brasil em 1997

### [Redução do Custo Brasil](#)

Investimentos em infra-estrutura  
Menos burocracia e mais simplificação tributária

### [Criação de um ambiente favorável à maior competitividade](#)

### [Estímulo à Educação e Qualificação do Trabalhador](#)

Política Educacional  
Formação Profissional

### [Conclusão](#)

### [Glossário](#)

# NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

## Desenvolvimento e Competitividade

### Introdução

O crescimento econômico moderno resulta da conjugação de quatro ordens de fatores:

- 1) elevada taxa de poupança e investimento;
- 2) apropriada qualificação da mão-de-obra;
- 3) desenho institucional que favoreça a eficiente aplicação de recursos produtivos;
- 4) ambiente macroeconômico estável.

Nos últimos anos, o Brasil tem progredido nessa direção, particularmente nos dois últimos aspectos. Por um lado, o País implementou um grande número de reformas estruturais visando a fortalecer a influência dos mecanismos de mercado nas decisões de aplicação de recursos. Entre estas deve-se mencionar a liberalização do comércio exterior, a privatização, o fim dos controles de preços, e um comportamento mais liberal perante o investimento estrangeiro. Por outro, conseguiu-se, com a adoção do Plano Real em 1994, criar um ambiente macroeconômico mais estável, com baixos níveis de inflação, o que favorece os estímulos à poupança e ao investimento.

Esse conjunto de mudanças tem impulsionado um novo ciclo de investimentos e crescimento, o qual pode ser enunciado com alguns exemplos:

- a) a economia brasileira integra-se progressivamente aos fluxos internacionais de bens, capitais e tecnologia;
- b) as exportações têm um comportamento dinâmico, com a finalidade de suavizar a restrição externa ao crescimento da economia brasileira;
- c) com o processo de privatização, cabe ao setor privado uma parcela crescente dos investimentos, mas o setor público ganha relevo em seu papel regulatório de defesa da concorrência interna e externa;
- d) o gasto público orienta-se cada vez mais para a área social.

Neste novo ciclo, apesar de restar ao Estado um papel de menor expressão na execução direta do investimento, em relação ao que se observou no passado, sua contribuição - seja como regulador, seja como indutor por intermédio de suas diversas agências - não deve ser minimizada.

Pelo contrário, é nessas áreas que um Estado ágil e moderno tem condições de atuar mais eficientemente. Para tal, o Estado deverá ser reorganizado institucionalmente e dotado de maior capacitação técnica e gerencial. Essa capacitação refere-se à recuperação das atividades de formulação de políticas e de desenvolvimento de instrumentos de atuação condizentes com a nova configuração macroeconômica do País e com a necessidade de intervenção seletiva que deverá caracterizar a atuação governamental nos próximos anos.

A **Nova Política Industrial**, implementada pelo atual Governo, também conhecida como **Política de Desenvolvimento e Competitividade**, está definida no contexto de um novo paradigma de relacionamento Estado-Sociedade, em que a ação do agente público procura sobretudo criar um ambiente de negócios favorável ao investimento produtivo, cabendo ao agente privado identificar oportunidades e realizar investimentos.

A **Nova Política Industrial** vigente no Brasil apresenta diretrizes distintas das que orientaram a ação do Governo Federal durante as seis décadas de substituição de importações. A abertura e a estabilização econômica são elementos fundamentais das transformações em curso, que envolvem uma ampla reestruturação industrial.

A ação do agente governamental não traz a marca do "voluntarismo desenvolvimentista", e orienta-se para estimular o setor privado a promover a reestruturação industrial, que já se traduz em melhoria da produtividade e leva a economia brasileira a tornar-se mais competitiva.

O aumento de produtividade e a elevação da taxa de investimento manifestam de forma clara essa tendência positiva. A produtividade apresentou no triênio 1994-96 uma taxa média de crescimento de 9,8%. Para o período janeiro-novembro de 1997, a taxa de crescimento do índice de produtividade alcançou a casa de 11,7% em relação a igual período do ano anterior (quadros 1 e 2, e gráfico 1).

Além da pressão competitiva originada pela abertura econômica, a estabilização dos preços e as ações do Governo Federal direcionadas para a competitividade explicam a significativa evolução da produtividade na indústria brasileira. É importante notar também que a taxa de investimento de 18,0% do PIB, em 1997, foi a maior dos últimos 11 anos.

A produtividade apresentou no triênio 1994-96 uma taxa média de crescimento de 9,8%. A taxa de investimento de 18,0% do PIB, em 1997, foi a maior dos últimos 11 anos.

A estratégia voltada para a modernização produtiva, por meio da atração de investimentos e de ganhos de competitividade, apresentou sinais animadores também no plano externo.

Em 1997, o valor total das exportações apresentou um incremento de 11%, com destaque para as vendas externas de manufaturados, que cresceram 10,3%, o que representa uma expressiva melhoria em comparação com a média de 3,1% nos anos 1995/96 (quadros 3 a 5). Essa evolução favorável foi devida sobretudo ao bom desempenho do volume exportado, numa

demonstração de que a reestruturação gerencial e produtiva da economia começa a colher os primeiros frutos.

No período anterior de substituição de importações, formou-se no Brasil um parque industrial complexo e diversificado. No entanto, as estruturas e condutas empresariais desse modelo revelaram-se ineficientes, pois foram estimuladas em ambiente de forte protecionismo. Relativo fechamento da economia brasileira prevaleceu durante esse período em que a indústria nacional foi beneficiada também com incentivos fiscais (setoriais ou regionais) e créditos favorecidos dos bancos oficiais. Como resultado desse modelo, no início da atual década, muitos setores relevantes do parque industrial brasileiro estavam defasados tecnologicamente, com reduzida competitividade, e muito dependentes de incentivos e câmbio favorável para poderem exportar.

Assim, a abertura comercial representou um grande desafio à indústria brasileira, que ficou mais exposta à competição com países de tradição industrial mais antiga e mesmo com aqueles de industrialização recente, voltados agressivamente para a conquista de mercados externos. Por esse motivo, as políticas, programas e ações que constituem a **Nova Política Industrial** foram concebidos de forma a apoiar fortemente a reestruturação e o desempenho competitivo do setor.

A exposição à competição externa levou a indústria brasileira a promover um profundo ajuste nos seus sistemas empresariais, gerenciais e tecnológicos. A ação governamental coube, inicialmente, sinalizar de forma clara o novo modelo de crescimento da economia brasileira, com a sua integração à economia mundial, por meio da abertura comercial e do fortalecimento dos mecanismos de defesa comercial e da concorrência. O governo mobilizou também recursos para que o processo de ajuste fosse rápido e efetivo, buscando tanto fortalecer as vantagens competitivas do modelo anterior como apoiar novos empreendimentos que apresentassem bom potencial de competitividade.

A mobilização da sociedade é, sem dúvida, um dos elementos básicos da **Nova Política Industrial**. O Estado deixa o papel de empresário para se concentrar na função reguladora e arbitral, visando à superação de carências competitivas da economia e abrindo espaço para que produtores e consumidores possam exercer seus direitos. A postura de empresários e trabalhadores deve corresponder a este novo momento, com a adoção de práticas gerenciais e processos produtivos mais eficientes e com a promoção da inovação tecnológica.

A estratégia da **Nova Política Industrial**, voltada para a ampliação da capacidade competitiva da economia brasileira, envolve um conjunto de ministérios - Indústria, Comércio e Turismo (MICT), Ciência e Tecnologia (MCT), Relações Exteriores (MRE), Planejamento e Orçamento, Fazenda, Agricultura e Abastecimento, Trabalho, Comunicações, Transportes, Minas e Energia, Justiça e Educação -, além de instâncias de articulação da ação governamental, como a Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (CAMEX).

A **Nova Política Industrial** desdobra-se nas seguintes linhas mestras:

1. PROMOÇÃO DE COMPETITIVIDADE
2. MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL E PRODUTIVA
3. REDUÇÃO DO "CUSTO BRASIL"
4. CRIAÇÃO DE AMBIENTE INSTITUCIONAL FAVO- RÁVEL À MAIOR COMPETITIVIDADE
5. ESTÍMULO À EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

**Quadro 1**  
**Índices Anuais de Produção Física Industrial para a Indústria Geral**

Brasil - 1985/97 - (Base:1985=100)

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997*
Indústria Geral	100,00	101,69	98,87	95,38	102,70	110,64	112,73	113,80	118,93
Crescimento %		1,69	-2,77	-3,53	7,67	7,73	1,89	0,95	4,51

Fonte: Indicadores IBGE -Pesquisa Industrial Mensal Produção Física -Brasil  
\* Dados de janeiro a novembro de 1997

**Quadro 2**  
**Índice de Produtividade**

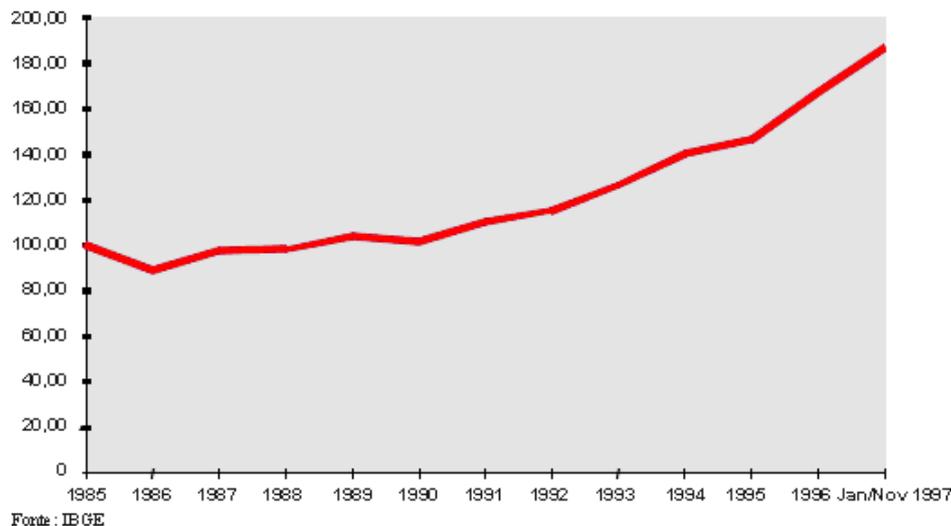
Brasil - 1985/97 - (Base: 1985=100)  
Produção Física Indústria/Horas pagas na Produção

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997*
Indústria Geral	100,00	101,72	109,95	115,30	126,49	140,35	146,42	166,98	186,49

Crescimento %	1,72	8,09	4,87	9,7	10,96	4,32	14,04	11,7
---------------	------	------	------	-----	-------	------	-------	------

Fonte: Indicadores IBGE - Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Brasil e Pesquisa Industrial Mensal Emprego, Salário e Valor da Produção.  
\* Dados de janeiro a novembro de 1997

**Gráfico 1**  
**Índice de Produtividade da Indústria - 1985 a 1997**  
1985 = 100



**Quadro 3**  
**Saldo da Balança Comercial (US\$ milhões)**

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Exportação	31.620	35.793	38.555	43.545	46.506	47.747	52.986
Importação	21.041	20.554	25.256	33.079	49.972	53.301	61.358
Saldo	10.579	15.239	13.299	10.466	-3.466	-5.554	-8.372

Fonte: Banco Central

**Quadro 4**  
**Exportações (US\$ milhões FOB)**

Ano	Básicos	Industrializados			TOTAL
		Total	Semimanufaturados	Manufaturados	
1993	9.357	29.198	5.440	23.758	38.555
1994	11.058	32.487	6.893	25.594	43.545
1995	10.969	35.537	9.146	26.391	46.506
1996	11.900	35.847	8.612	27.235	47.747
1997	14.474	38.512	8.477	30.035	52.986

Fonte: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/Secretaria de Comércio Exterior e Banco Central

**Quadro 5**  
**Importações por Categoria de Uso (US\$ milhões FOB)**

Ano	Matérias-primas e Produtos Intermediários	Combustíveis e Lubrificantes	Bens de Capital	Bens de Consumo			TOTAL
				Total	Não- duráveis	Duráveis	
1993	12.863	4.094	5.089	3.210	1.449	1.761	25.256

1994	15.607	4.356	7.576	5.540	2.410	3.129	33.079
1995	22.382	5.217	11.446	10.927	4.832	6.095	49.972
1996	24.646	6.228	12.706	9.721	5.152	4.569	53.301
1997	27.603	5.835	16.678	11.242	5.543	5.699	61.358

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal e Banco Central

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Promoção de competitividade](#)



### 1. PROMOÇÃO DE COMPETITIVIDADE

A atuação do Governo para o aumento de competitividade representa um ponto de apoio indispensável às indústrias brasileiras no esforço para a conquista de mercados e para a reversão do desequilíbrio nas contas externas do País. Como resultado da abertura comercial e da estabilização econômica, o Brasil deixou de ostentar o terceiro maior superávit comercial do mundo, passando a uma fase de déficit na sua balança comercial.

É preciso frisar, entretanto, que o item bens de capital apresentou aumento de importações particularmente expressivo, de 31,3% em 1997 (quadro 5), confirmando a busca pela modernização e reestruturação do parque industrial brasileiro. Tal esforço já apresenta resultados positivos em ganhos de competitividade de diversos segmentos industriais - calçados, móveis, têxteis, máquinas e implementos agrícolas, autopeças e bens de capital -, tendência que deverá acentuar-se nos próximos anos.

As iniciativas voltadas à criação de condições de competitividade internas equiparáveis às vigentes nos nossos parceiros comerciais envolvem principalmente o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o MICT e o MRE. Fundamentalmente, a estratégia tem como instrumentos o financiamento ao investimento e à atividade exportadora e a promoção comercial.

Em 1997, o item bens de capital teve um aumento de importações de 31,3%, o que c  
busca pela modernização e reestruturação  
parque industrial brasileiro.

A reversão das expectativas sobre a ocorrência de déficits crescentes na balança comercial começou a ser verificado em 1997: o déficit comercial, de US\$ 8,4 bilhões (quadro 3), foi bem inferior às previsões realizadas no início do ano, que mencionavam um saldo negativo de US\$ 15 bilhões. A consistência dessa recuperação depende de avanços no setor exportador. Porém, diferentemente das práticas de concessão de câmbio e crédito favorecidos a setores selecionados, que gerou no passado superávits a um alto custo para a sociedade, a atual estratégia visa a garantir ao produtor brasileiro - sob o aspecto de financiamento - condições de competir de igual para igual com seus concorrentes externos.

O objetivo desta linha de ação é superar as carências de financiamento do investimento e da produção. Isto é necessário porque o grau de desenvolvimento do sistema financeiro privado brasileiro ainda não é suficiente para financiar investimentos de longo prazo e atividade exportadora em condições semelhantes às dos nossos principais parceiros comerciais. Esta realidade faz com que o segmento público do sistema financeiro tenha de responder por esse tipo de financiamento, desde que obedecida a premissa básica de não se oferecer subsídios ou proteção, que representam custos para a sociedade e comprometem o esforço de busca de ganhos de produtividade.

#### ATUAÇÃO DO BNDES

No novo ciclo de crescimento, o BNDES desempenha importante papel. Por meio do financiamento, o BNDES pode atuar na elevação do nível e da qualidade do investimento, viabilizando e incentivando:

- a) a expansão e reestruturação produtiva, atuando sobre os fatores determinantes da competitividade;
- b) a geração de empregos e a qualificação dos recursos humanos;
- c) os esforços de introdução de melhoria de qualidade nas empresas;
- d) a manutenção de níveis adequados de preservação ambiental;
- e) a disponibilidade de infra-estrutura econômica e social.

A fim de desempenhar o seu papel a contento, e dentro do espírito de modernização e aprimoramento da sua capacidade técnica e gerencial, o BNDES vem implementando uma série de mudanças na sua forma de atuar.

A primeira medida nessa direção foi a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), em fins de 1994, como base para remuneração dos financiamentos de longo prazo do Banco. A adoção dessa taxa, definida pela rentabilidade nominal média dos títulos da dívida pública interna e externa de aquisição voluntária, trouxe os custos dos empréstimos do BNDES para um patamar próximo àquele que vigora no mercado internacional, reduzindo drasticamente o custo do investimento no País.

Além de mudar o critério de remuneração dos seus ativos, o BNDES introduziu recentemente mudanças radicais na sua forma de operar, buscando dar maior transparência, rapidez e flexibilidade às suas operações. Ao invés de um número excessivo de condições, normas e procedimentos que dificultavam a ação da instituição e tornavam proibitivos os custos de transação dos seus empréstimos, o BNDES agora opera com um número extremamente reduzido de orientações e normas. Garante-se com isso maior eficiência e flexibilidade para o financiamento das áreas prioritárias, além de se dar ao cliente uma visão mais clara de como atender às suas necessidades, com um mínimo de custo de transação. Eliminou-se também nesse processo qualquer restrição setorial à atuação do BNDES, estendendo suas operações a atividades como comércio, serviços e agropecuária. No passado, esses ramos tinham acesso de forma bastante limitada aos recursos do Banco.

Como resultado das novas políticas operacionais, pode-se dizer que hoje o BNDES tem 7 grandes linhas de atuação operadas diretamente ou por intermédio de sua rede de agentes, voltadas para equacionar o problema do financiamento e reduzir o custo do investimento nas áreas prioritárias:

- a) financiamento a investimentos;
- b) financiamento à aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional ou importados, e leasing de equipamentos nacionais;
- c) capitalização de empresas;
- d) crédito voltado para a população empreendedora de baixa renda;
- e) financiamento à exportação de bens e serviços;
- f) financiamento à marinha mercante e construção naval;
- g) aval, fiança e outras garantias financeiras.

No seu conjunto, essas linhas de operação levaram o BNDES a desembolsar, em 1997, aproximadamente R\$18 bilhões, um resultado cerca de 350% superior, em termos reais, ao de 1990.

Além dessas linhas gerais de atuação, o BNDES tem procurado desenvolver programas de crédito que procuram atender, dentro desses critérios mais gerais, às particularidades das demandas de financiamento de determinadas áreas e atividades consideradas prioritárias - áreas social, agrícola, de desenvolvimento regional, privatização, exportações, pequena e média empresa e setores da indústria de transformação que passam por processos de reestruturação, ou que apresentam oportunidades excepcionais de investimento. Por exemplo, os setores intensivos em tecnologia.

Em 1997, o BNDES desembolsou no conjunto suas linhas de operação cerca de R\$ 18 bil resultado 350% superior, em termos reais, 1990.

Os programas voltados para a indústria de transformação têm sido particularmente bem sucedidos no apoio à reestruturação dos setores mais afetados pela abertura comercial, no fomento à expansão das cadeias produtivas, na dinamização e diversificação das exportações, e na redução das assimetrias nas condições de financiamento entre os produtores locais e seus competidores estrangeiros. Os programas mais relevantes nessa área são:

#### **a) coureiro-calçadista**

O BNDES tem contribuído para a solução de questões estruturais que impedem o aumento de competitividade deste setor, tais como a organização predominantemente familiar, a inadequação de métodos e processos produtivos e a ausência de estrutura de comercialização.

A partir de 1995, a participação do BNDES nos empreendimentos coureiro-calçadistas cresceu significativamente. Até março de 1998, o BNDES apoiou 549 empresas, com desembolsos de cerca de R\$ 350 milhões.

A maior parcela desses recursos foi destinada ao Rio Grande do Sul, onde está localizado o maior pólo coureiro-calçadista. O restante dos recursos foi aplicado em empreendimentos realizados nos Estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e no Distrito Federal.

#### **b) setor têxtil**

O setor têxtil, inclusive confecções e vestuário, tem grande importância na economia brasileira, por ser um forte gerador de empregos e pelo grande volume de exportações. Nos últimos anos, a indústria têxtil vem enfrentando sérias dificuldades econômicas e financeiras. Esses problemas, além de apresentarem uma dimensão estrutural relativa a custos e atualização tecnológica, resultam também de fatores conjunturais, decorrentes do processo de abertura da economia brasileira.

No período de 1996 a 1997, o valor dos des para o setor têxtil foi de cerca de US\$500 n financiando 863 empresas.

Protegido por longo tempo, o setor defronta-se agora com a concorrência do produto importado, principalmente o oriundo da Ásia. Os países asiáticos são mais agressivos no comércio exterior, especialmente no segmento de tecidos artificiais e sintéticos. Devido a problemas de obsolescência, à gestão empresarial pouco dinâmica de algumas empresas e ao protecionismo, os custos do setor ficaram fora dos padrões internacionais.

Em 1996 e 1997, os investimentos cresceram substancialmente, por meio da aquisição de equipamentos importados, com significativas melhorias nos parques produtivos. Nos próximos anos, no entanto, terão de ser cada vez maiores os investimentos em modernização produtiva, concentrando-se tanto em capacitação tecnológica quanto em processos produtivos e gestão empresarial.

O BNDES tem desempenhado um papel importante na viabilização desses investimentos: intensificou seu apoio ao setor, com vistas à restauração da competitividade da indústria têxtil, por meio da modernização produtiva e gerencial de seus diversos segmentos, para que esta possa enfrentar os desafios impostos pelo novo padrão de concorrência. O BNDES estabeleceu duas linhas de atuação:

1) atendimento das necessidades mais imediatas do setor, que teve vigência até dezembro de 1996;

2) solução dos problemas estruturais da indústria, de prazo mais longo.

Em 1996 e 1997, o BNDES desembolsou cerca de R\$ 500 milhões, beneficiando 863 empresas.

### **c) apoio às empresas de autopeças**

Na década de 90, tem havido um grande crescimento do mercado para a indústria automobilística. Nesse sentido, o Brasil disputa com outras economias a possibilidade histórica de tornar-se um importante produtor mundial de veículos. Para tanto conta com vantagens, não só pelo enorme potencial do seu mercado interno e pela presença de grandes montadoras, mas também por possuir uma posição privilegiada no Mercosul, um parque industrial diversificado, uma razoável infra-estrutura e uma indústria de autopeças de porte expressivo.

Um novo ciclo de investimentos no País iniciou-se com a introdução das novas plataformas de "carros mundiais", atualmente em produção, e deverá ser intensificado com a realização dos elevados investimentos anunciados, não só pelas empresas já instaladas como também pela vinda de outros grandes produtores internacionais.

Em 1997, o valor das operações aprovadas para o setor de autopeças chegou a US\$127 milhões, com aumento de 268% em relação ao ano anterior.

Apesar do crescimento do mercado, a partir de 93, as empresas de autopeças enfrentam dificuldades para responder às novas demandas por parte das montadoras: necessidade expressiva de capital para investir em modernização, qualidade e treinamento, entre outras. Além disso, nesse mesmo período, observou-se que, apesar dos aumentos de produtividade conseguidos pela indústria de autopeças, a situação financeira das empresas, em geral, tem se deteriorado.

Em outubro de 1996, o BNDES criou o Programa de Autopeças, com uma dotação de R\$ 500 milhões, para fortalecer as empresas do setor, adequando-as ao novo modelo de relações na cadeia produtiva, por meio de ações voltadas para o aumento de competitividade.

Os primeiros financiamentos aprovados beneficiaram cinco fornecedores de autopeças, que participaram da implantação da fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen em Resende, Estado do Rio de Janeiro. Podem obter financiamento as empresas produtoras de ferramental, partes, peças, componentes, subconjuntos e conjuntos que tenham no mínimo 50% de seu faturamento destinado ao setor automotivo.

Por esse Programa, o BNDES financia projetos de implantação, realocação e expansão da capacidade de produção; modernização administrativa e produtiva; desenvolvimento e implantação de sistemas de qualidade; criação de centros de tecnologia; acordos tecnológicos; formação e treinamento gerencial e de mão-de-obra; associações, fusões e aquisições; e internacionalização das atividades produtivas nos casos de follow-sourcing (quando o fornecedor de autopeças acompanha a montadora que instalará uma unidade produtiva em outro país).

Em 1997, o valor das operações aprovadas para o setor de autopeças atingiu US\$ 127 milhões, com aumento de cerca de 368% em relação a 1996.

### **d) apoio à pequena e média empresa (Fundo de Aval)**

Em março de 1998, com o objetivo de facilitar o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte ao crédito de médio e longo prazos, o BNDES, por meio de sua subsidiária Financiamento de Máquinas e Equipamentos para a Indústria (FINAME), criou o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC, ou Fundo de Aval). O Fundo de Aval não é uma linha de crédito, mas um instrumento que provê recursos para garantir parte do risco de operações de empréstimo realizadas pelo BNDES ou pela subsidiária FINAME, diretamente ou por intermédio de agentes financeiros.

O Fundo de Aval do BNDES divide com os bancos o risco da operação de empréstimos para as pequenas e médias empresas. O patrimônio inicial do Fundo é de R\$ 300 milhões.

O Fundo de Aval começa com um patrimônio de R\$ 300 milhões destinado a lastrear as operações. Com o Fundo de Aval, os bancos credenciados poderão contratar operações de financiamento compartilhando o risco com o Fundo. Isso aumenta seu interesse em realizar operações com as micros, pequenas e médias empresas e lhes possibilitará solicitar garantias menores que as exigidas atualmente.

Estão habilitadas aos benefícios do FGPC as microempresas e empresas de pequeno porte, de qualquer setor de atividade. Esse Fundo pode ser utilizado também por médias empresas – não pertencentes a grupos econômicos – que sejam exportadoras ou produtoras de insumos empregados diretamente nos processos produtivos, de montagem ou de embalagem de mercadorias destinadas à exportação.

### **e) apoio às exportações de manufaturados: BNDES Exim**

as empresas exportadoras de produtos manufaturados com instrumentos de financiamento competitivos internacionalmente. Criado em 1991, com o nome de Financiamento para Máquinas e Equipamentos para Exportação (FINAMEX), esse programa passou por grandes reformulações em 1997, quando passou a adotar o novo nome. Restrito inicialmente às exportações de bens de capital, o BNDES Exim passou a operar com praticamente todos os setores exportadores. A cobertura do financiamento passou dos 85% anteriores para 100%, tanto na linha pré como na de pós-embarque. Além disso, foram criadas novas linhas de financiamento como, por exemplo, o financiamento direto ao cliente do exportador (buyer's credit). A ampliação das linhas de financiamento resultou em um aumento expressivo dos desembolsos do Programa em 1997, que atingiram cerca de US\$ 1,2 bilhão, 205% acima do valor registrado em 1996.

jatos ERJ-145 à American Eagle, no valor de US\$ 1,1 bilhão. A Embraer concorreu com o canadense Bombardier, que tinha o apoio do (Export Development Corporation do Cana

Linha de crédito do BNDES, em condições de outras agências internacionais de financiamento à exportação, garantiu a vitória de empresas brasileiras para fornecer equipamentos à usina hidrelétrica de Três Gargantas, na China.

A operação Embraer/American Eagle é emblemática desse novo ciclo de expansão. Em dezembro de 1997, o BNDES, a Embraer e a empresa americana American Eagle Inc. assinaram um contrato de financiamento no valor de US\$ 1,1 bilhão, para a fabricação e exportação, pela Embraer, de 67 aeronaves a jato ERJ-145.

Um outro exemplo que atesta a importância do BNDES Exim para a expansão das exportações brasileiras de manufaturados é o contrato no valor de US\$ 202 milhões com o The State Development Bank of China (SDB), assinado em setembro de 1997, para financiar a exportação, por empresas brasileiras, de equipamentos para a usina hidrelétrica de Três Gargantas. A garantia de crédito à exportação, assegurada pela nova linha de crédito BNDES Exim, em condições similares às oferecidas por outras agências internacionais de financiamento à exportação, foi um elemento fundamental para a vitória das empresas brasileiras.

#### **f) apoio ao setor de bens de capital**

Foi criada uma linha de financiamento especial para concorrências internacionais, destinada aos produtores locais, que oferece condições de financiamento competitivas similares às apresentadas por empresas de outros países. Essa linha tem tido papel fundamental na série de vitórias recentes de produtores brasileiros em concorrências internacionais. No caso, por exemplo, do gasoduto Brasil-Bolívia, a oferta do crédito do BNDES Finame foi o fator decisivo para a vitória da Confab na concorrência internacional realizada para o fornecimento de 440 mil toneladas de tubos de aço destinados ao gasoduto.

O BNDES também foi o fator decisivo para a vitória da Confab, maior fabricante de tubos de aço do Brasil, em uma concorrência internacional do gás Brasil-Bolívia. A Confab produzirá a maior parte dos equipamentos do lado brasileiro desse empreendimento.

Maior fabricante de tubos de aço do Brasil, a Confab venceu a concorrência para o fornecimento da maior parte dos equipamentos do lado brasileiro do empreendimento. O financiamento tem prazo de 15 anos e o pagamento será feito com base na variação do dólar e a custos competitivos no mercado internacional. Com o apoio do BNDES Finame, os fabricantes brasileiros, que já têm preços competitivos e tecnologia atualizada, poderão disputar as licitações oferecendo condições capazes de competir com as apresentadas pelas empresas internacionais. Cada nova encomenda ganha nas concorrências - que em geral são acirradas - representará avanços em termos de geração de empregos, competitividade econômica, capacitação tecnológica e melhoria do balanço de pagamentos do País.

#### **g) apoio ao setor de telecomunicações**

O BNDES desenvolveu um programa para o fornecimento de serviços, a fabricação de equipamentos e o desenvolvimento de tecnologia de telecomunicações, buscando o aumento da competitividade, com vistas a ampliar a participação do Brasil nos mercados local e internacional.

Estudo detalhado do setor identificou uma série de oportunidades de investimento no País, resultante do processo de privatização de telecomunicações e do programa proposto pelo Governo Federal de modernização e expansão desses serviços. Prevê-se R\$ 8 bilhões de investimentos anuais, a partir de 1997.

Mantidas as premissas básicas de não se conceder subsídios ou proteção que resultem na perda de competitividade da economia, desenhou-se um conjunto de medidas com dois objetivos principais.

Primeiro, eliminar falhas de governo, como a resultante da estrutura de proteção tarifária que penalizava a produção de componentes no País.

Segundo, procurou-se oferecer aos potenciais investidores condições de financiamento compatíveis com aquelas que prevalecem no mercado internacional.

A atuação do BNDES deverá ampliar a participação do Brasil no mercado mundial de telecomunicações. O banco apoiou o desenvolvimento tecnológico e financiou ativos fixos de empresas nacionais (Promon, Batik, Intelbras, Daruma, Brasilsat e Autel). e atraiu para o País grandes empresas internacionais (Lucent, Andrew e Nortel).

Esse apoio visa não só a atração e a implantação de algumas das grandes empresas internacionais do setor (casos como Lucent, Andrew e da Nortel - Northern Telecom), mas também o desenvolvimento interno de tecnologia e o financiamento de ativos fixos de empresas nacionais (Promon, Batik, Intelbras, Daruma, Brasilsat e Autel). As aplicações do BNDES no segmento de equipamentos de telecomunicações nos dois últimos anos, incluídas as grandes empresas internacionais, foram de cerca de US\$ 80 milhões. Para 1998 e 1999, estima-se que as liberações para o segmento atinjam US\$ 150 milhões.

#### **h) complexo eletrônico**

O programa de telecomunicações é apenas parte das ações que o BNDES vem desenvolvendo no complexo eletrônico, que envolve os setores de informática/automação, eletrônica de consumo, equipamentos de telecomunicações, componentes eletrônicos e software. A atuação do BNDES nessa área é bem ilustrativa do novo papel do Estado.

O complexo eletrônico é um conjunto de atividades extremamente dinâmico, tanto no crescimento da produtividade como na ampliação do mercado para seus produtos. Em 1997, as vendas mundiais do complexo chegaram a US\$ 1,1 trilhão e a expectativa é que tenham um crescimento anual de 9% até o ano 2000.

No Brasil, as vendas alcançaram US\$ 21 bilhões em 1997 (cerca de 2,6% do PIB). As vendas de microcomputadores, por exemplo, cresceram cerca de 30% em termos reais no período 1990-97. Com relação ao comércio exterior, as importações do complexo eletrônico atingiram US\$ 7,6 bilhões em 1997 (12,3% do total das importações) e as exportações ficaram em US\$ 1,2 bilhão (2,3% do total das exportações), resultando em um déficit de aproximadamente US\$ 6,4 bilhões (74% do déficit comercial no ano). Espera-se que o déficit seja ainda maior em 1998, pois investimentos em telefonia celular, tanto os da Banda B, adiados de 1997, quanto os novos da Banda A, deverão ser concretizados neste ano. Tais investimentos, apesar de já poderem contar com os suprimentos das empresas recentemente instaladas no País, por certo demandarão parcelas importadas significativas. Além da dimensão e do dinamismo, o complexo eletrônico caracteriza-se por gerar impactos positivos para a economia brasileira, particularmente pelo treinamento de mão-de-obra e por elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

## **CASOS DE SUCESSO**

O BNDES orienta-se pela necessidade de atuar como agente indutor de investimentos, operando em situações onde o *laissez-faire* não propicia ao País o melhor resultado.

Identificar falhas no funcionamento do mercado é fundamental para que a ação do Estado seja mais efetiva na promoção do desenvolvimento econômico. Trata-se de uma intervenção seletiva, cujo critério não se baseia apenas na pauta de importações, mas sim nas imperfeições do mercado. Uma intervenção que procura não inibir, mas, pelo contrário, fazer com que o mercado funcione melhor e que isso resulte em benefício para a sociedade.

### **Embraer vence concorrência da American Eagle, a maior empresa de aviação regional do mundo**

De um lado, a Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica. Do outro, a canadense Bombardier. Em disputa, um valioso contrato da American Eagle, a maior empresa de aviação regional do mundo.

A Bombardier era apoiada pelo banco canadense EDC (Export Development Corporation). A Embraer tinha o apoio do BNDES. Venceu a Embraer. A vitória foi estrategicamente importante para o futuro da empresa brasileira. O contrato de financiamento, no valor de US\$ 1,1 bilhão, prevê a fabricação e exportação, pela Embraer, de 67 aeronaves a jato ERJ-145 (Embraer Regional Jet - 145). A escolha da American Eagle é um atestado de qualidade dos aviões brasileiros, que abre portas para a expansão da Embraer, em todo o mundo, no segmento de aviação regional.

A operação foi feita no âmbito do BNDES Exim, na modalidade *buyer's credit* (financiamento ao importador). A cada aeronave entregue à American Eagle, o BNDES Exim liberará, em favor da Embraer, o valor do aparelho que está sendo exportado. A primeira liberação foi feita em fevereiro de 1998, quando foram exportadas as duas primeiras aeronaves. Ainda em 1998 serão exportados 22 aviões, no valor total de US\$ 340 milhões.

O contrato, a ser cumprido ao longo dos próximos três anos, terá prazo de amortização de 16 anos, e o custo do crédito será calculado segundo as taxas do BNDES baseadas na Libor. A operação tem como garantia a hipoteca das aeronaves financiadas, além do aval da American Eagle Inc., empresa controladora da Eagle Inc., e da American Airlines Inc.

### **Dois empresas tradicionais do setor têxtil saem da crise e agora vendem mais para o mercado externo**

Dois empresas que fazem parte da história do setor têxtil no Brasil, Paramount e Santanense, saem da crise ainda mais fortes.

A Paramount, tradicional fabricante de produtos em lã e acrílico, com forte presença na exportação brasileira, enfrentava sérias dificuldades. A partir do financiamento do BNDES, no montante de R\$ 16,6 milhões, a empresa reestruturou-se, modernizou-se, aumentou a produção e recuperou sua fatia de mercado no comércio internacional. O investimento total atingiu o valor de R\$ 29,2 milhões, o que repercutiu também na geração de empregos diretos: o número de empregados passou de 2900 para 3280, com aumento de 13%.

Na Santanense, o BNDES aplicou US\$ 28,6 milhões. O dinheiro foi investido na modernização da empresa e na transformação de seu leque de produtos. A Santanense passou a concentrar-se em produzir artefatos com maior valor agregado, principalmente o brim profissional, utilizado em uniformes industriais. O investimento total da Santanense foi de R\$ 69 milhões.

### **Embarcações na hidrovia do rio Madeira reduzem o custo do transporte de grãos das novas fronteiras agrícolas**

Na Amazônia, apenas o rio Amazonas-Solimões é utilizado pela navegação de forma segura e racional. Os demais rios da região são usados precariamente por embarcações de autonomia regional sob riscos de acidentes e restrições sazonais.

O rio Madeira, com seus 1.056 km navegáveis, é o primeiro a integrar o complexo de hidrovias que se implanta na Amazônia Ocidental. A utilização de eficientes sistemas de balizamento flutuante e de sinalização de margem permitirá a navegabilidade 24 horas ao dia, em qualquer época do ano.

O balizamento flutuante é de vital importância. Alerta, na cheia e na vazante, sobre a ocorrência de pedras e bancos de areia que podem colocar em risco a segurança das embarcações. A sinalização orienta o navegante sobre o canal de navegação e o adverte sobre os diversos procedimentos a serem cumpridos.

Assim, o rio Madeira torna-se o principal corredor de exportação para as novas fronteiras agrícolas da região Centro-Oeste. Além disso, a interligação de Manaus com o Sul do País será mais rápida e econômica.

O BNDES financiou o investimento em embarcações de transporte de mercadorias, compostas de comboios fluviais, rebocadores portuários, empurrador auxiliar e lancha de apoio, num valor total de R\$ 27 milhões. O aporte do BNDES foi de R\$ 23 milhões.

O projeto do rio Madeira intensifica o processo de integração econômica da região amazônica, possibilitando o desenvolvimento da produção de grãos no Centro-Oeste, especialmente a localizada na região da Chapada dos Parecis, no noroeste de Mato Grosso.

O custo de transporte de grãos terá significativa redução: de US\$ 95 para US\$ 58 a tonelada, considerando-se como destino final o porto de Rotterdam, Holanda. Os corredores tradicionais de exportação, que convergem para os portos da região sudeste, também serão descongestionados.

Em 1997, a produção de grãos transportada pelo rio Madeira foi de 2,6 milhões de toneladas. Para 2007, o volume de grãos que trafegará pela hidrovia do rio Madeira é estimado em 12 milhões de toneladas.

### **"Operação cinescópio": televisores brasileiros de tela grande com qualidade e preço para concorrer no mercado internacional**

Quase que inteiramente localizada na Zona Franca de Manaus, a indústria eletrônica de consumo vem experimentando elevadas taxas de crescimento após a implementação do Plano Real. As empresas do setor atingiram escalas competitivas em nível internacional para vários produtos, principalmente no segmento de televisores. O nível médio de produção anual alcança cerca de 1 milhão de unidades

No início dos anos 90, a indústria passou por um período de profunda reestruturação com a adoção de novos métodos, processos e equipamentos. O BNDES financiou os investimentos em ativos fixos e em engenharia de processo de diversas empresas em Manaus. As aplicações atingiram US\$ 120 milhões. Esse processo, aliado aos ganhos de escala e à pressão competitiva gerada pela abertura comercial, possibilitou a redução dos preços em cerca de 50% desde o início da década.

Apesar da evolução significativa, a indústria ainda está aquém dos níveis de custo e eficiência exigidos no mercado internacional. Principal obstáculo: não há fornecimento de componentes a preços competitivos.

Este é o caso dos cinescópios (tubos de imagem) a cores para o segmento de televisores. A oferta doméstica não consegue atender a demanda dos fabricantes locais, obrigando-os a compras no mercado internacional. A importação onera o custo do componente, tendo ainda reflexos negativos sobre o

desempenho da balança comercial.

O BNDES decidiu intervir. A "operação cinescópio" resultou da avaliação precisa da situação da indústria eletrônica. O tamanho do mercado brasileiro viabiliza a instalação de uma nova fábrica com escala competitiva. O impasse na concorrência entre potenciais investidores bloqueava um investimento que traria benefícios para a indústria e para o País.

Iniciou-se, então, junto aos fabricantes nacionais de televisores a negociação com o objetivo de fomentar a instalação de uma unidade industrial para produzir monitores de vídeo e cinescópios para televisores de tela grande. O crescimento da demanda para tela grande deverá sobrepujar largamente o dos televisores de telas menores.

Como resultado dessa negociação, três produtores nacionais de televisores, apresentando uma garantia de demanda mínima, constituíram um consórcio, que emitiu cartas-convites a fabricantes internacionais de cinescópios para que se instalassem no País. Empresas de grande porte atenderam ao convite e formalizaram propostas, atualmente em fase de avaliação. O BNDES deverá apoiar o novo empreendimento e propiciar condições financeiras adequadas à comercialização dos cinescópios visando também o mercado mundial. O BNDES, no entanto, exige que o projeto inclua uma fábrica de vidro própria, pois entende que só assim o produto final - o cinescópio - poderá ser realmente competitivo no mercado interno e no exterior.

## EXPORTAÇÕES COM MAIOR COMPETITIVIDADE

O Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), junto com o BNDES Exim, apóia a exportação de bens ou serviços nacionais com recursos do Tesouro Nacional alocados na Programação Especial de Operações Oficiais de Crédito. Esse programa foi concebido para operar sob duas modalidades:

- 1) financiamento direto aos exportadores (PROEX-Financiamento);
- 2) pagamento de equalização de taxas de juros (PROEX-Equalização).

Ambas destinam-se a oferecer ao exportador nacional as mesmas condições de competitividade nos financiamentos obtidas pelos exportadores estrangeiros nos seus mercados de origem.

O PROEX opera sob duas modalidades: financiamento direto aos exportadores e pagamento de equalização de taxa de juros. Ambas de a oferecer ao exportador nacional as mesmas condições de competitividade nos financiamentos obtidos pelos exportadores estrangeiros nos mercados de origem.

Em 1997, foi promovida uma ampla reformulação do Programa de Financiamento às Exportações. O orçamento aumentou para US\$ 950 milhões, correspondente à elevação de mais de 100% sobre o ano anterior. Na nova configuração, o Programa passou a contemplar 4.500 produtos. Importantes medidas para eliminar a burocracia também foram adotadas: consolidação de embarques; flexibilização das garantias exigidas; permissão para a negociabilidade das Notas do Tesouro Nacional - Série I; e inclusão das sociedades de crédito, financiamento e investimento na condição de agentes do processo.

A unificação das listas de produtos elegíveis no PROEX/Financiamento com as do PROEX/Equalização facilitou o acesso das pequenas e médias empresas exportadoras. Tais empresas produziam bens enquadrados no Programa Novos Pólos de Exportação, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), que antes somente eram elegíveis no PROEX/Equalização.

As medidas adotadas pelo atual Governo refletiram-se na melhoria do desempenho do PROEX. O quadro 6 ilustra os montantes alocados a esse Programa em 1996/98. A dotação orçamentária para 1998 teve aumento de 51% no volume de recursos.

Quadro 6

### PROEX - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - EM US\$ MIL

MODALIDADE	EXERCÍCIO		
	1996	1997	1998
FINANCIAMENTO	177.871	200.662	420.997
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS	301.062	660.165	879.163
<b>TOTAL</b>	<b>478.933</b>	<b>860.827</b>	<b>1.300.160</b>

Fonte: BANCO DO BRASIL

A intensa divulgação do Programa, em seu novo formato, por meio do Banco do Brasil nos Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), organizados pela SECEX/MICT, favoreceu o aumento da aplicação efetiva dos recursos em 1997 (quadro 7). As perspectivas de crescimento para 1998 também são promissoras.

## Quadro 7

### PROEX - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES APLICAÇÕES DO PROGRAMA (variação percentual)

MODALIDADE	1996	1997	1998
	JAN/DEZ	JAN/DEZ	JAN/MAR
FINANCIAMENTO	13,04	48,67	4,38
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS	39,86	39,48	11,15
<b>TOTAL</b>	<b>29,91</b>	<b>41,62</b>	<b>8,96</b>

Fonte: BANCO DO BRASIL

Este resultado positivo é também confirmado por outros indicadores de desempenho (quadro 8). Houve incremento acima de 139% no número de operações aprovadas no PROEX/Equalização no período de janeiro a dezembro de 1997, comparado com o mesmo período do ano anterior. O valor dessas operações foi de US\$ 10 bilhões, aumentando 47%.

## Quadro 8

### PROEX - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS

	1996	1997	1998
	JAN/DEZ	JAN/DEZ	JAN/MAR
Nº DE OPERAÇÕES	2.042	4.885	1.695
VALOR EXPORTAÇÕES (US\$ bilhões)	6,8	10,0	3,2
Nº EMPRESAS	153	243	156
DESTINO FINAL (Número de Países)	85	111	78

Fonte: BANCO DO BRASIL

## NOVOS PÓLOS DE EXPORTAÇÃO E PROMOÇÃO COMERCIAL

A promoção comercial tem recebido atenção especial do Governo Federal. Nesta linha de ação, as iniciativas do Ministério das Relações Exteriores somam-se ao Programa Novos Pólos de Exportação (PNPE).

Implantado em 14 estados, esse programa baseia-se na interiorização do comércio exterior brasileiro. Ou seja, procura expandir as exportações de setores que têm vocação para vendas externas, mas que ainda não participam do comércio exterior. Em sua maioria, tais empresas localizam-se distantes dos grandes centros metropolitanos

Entre as iniciativas desse Programa, as empresas são estimuladas a participar de feiras internacionais. Em 1997, fabricantes brasileiros de mármore e granitos, assim como de presentes, exibiram produtos em importantes eventos. Para 1998, empresas nacionais deverão participar de feiras mundiais nas áreas de alimentos, de móveis e de mármore e granitos.

O PNPE vem apresentando resultados positivos. Em 1996, as vendas de empresas brasileiras envolvidas nesse programa cresceram 12,3%. Para estimular a participação do empresariado brasileiro no comércio internacional e, principalmente, facilitar o acesso das pequenas e médias empresas nas atividades de exportação, o MICT, por intermédio da SECEX, promove os Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX). Outros órgãos governamentais atuam nesses encontros: MRE, BNDES, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

O Programa Novos Pólos de Exportação, já instalado em 14 estados, interioriza o comércio exterior brasileiro. Estimula as exportações de setores que têm vocação para vendas externas, mas que ainda não participam do comércio exterior. Em 1996, as vendas ao exterior das empresas envolvidas nesse programa cresceram 12,3%.

Serviço de informação/inteligência comercial promovido pelo Ministério das Relações Exteriores alerta sobre oportunidades comerciais e de investimento e desenvolve pesquisas e estudos para identificar produtos competitivos e novos mercados para empresas brasileiras.

Nesses eventos, num Balcão de Serviços, com stands individualizados, agentes e prestadores de serviços na área de comércio exterior informam sobre a atividade exportadora. Cerca de 2.000 empresários estiveram presentes nos encontros realizados no Rio de Janeiro, Goiânia, Salvador, Curitiba e Florianópolis.

Outras ações estão sendo desenvolvidas para promover o produto brasileiro no exterior e identificar oportunidades de exportação. Uma ampla reestruturação da área de promoção comercial está em curso com a implantação de um novo modelo de operação no MRE, sob o binômio informação/inteligência comercial e representação.

Nos serviços de informação/inteligência comercial, a prioridade é a disseminação de informações sobre oportunidades comerciais e de investimento, bem como o desenvolvimento de pesquisas e estudos que permitam identificar produtos competitivos e oportunidades de expansão brasileiras junto a clientes tradicionais e a novos mercados. Esse serviço será realizado em cooperação com o Internacional Trade Center (ITC), órgão vinculado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e à Organização Mundial do Comércio (OMC). Entre outros itens, serão analisados os obstáculos enfrentados por produtos brasileiros, as possibilidades para novos produtos e as tendências do mercado mundial. Os estudos de mercado serão encomendados, sempre que possível, a consultoras especializadas no Brasil e no exterior.

Está sendo preparado um sistema ágil e automatizado de informações sobre oportunidades comerciais e de investimentos - a Rede Brasileira de Promoção Comercial -, que utilizará a Internet como meio de transmissão e disseminação de informações comerciais. A rede terá endereços em português, inglês e espanhol.

O Ministério das Relações Exteriores criou um sistema para captar investimentos e estimular operações de transferência de tecnologia especialmente para pequenas e médias em

O novo modelo de gestão da promoção comercial prevê o apoio, no exterior, à realização de eventos - missões empresariais, seminários, feiras e exposições - de iniciativa do Governo Federal e de entidades privadas. Para obtenção desse apoio, os eventos deverão caracterizar-se como efetivas contribuições à expansão das exportações brasileiras, à atração de investimentos e de tecnologia de ponta, à divulgação das realizações do empresariado brasileiro e ao aumento dos fluxos de turismo em direção ao Brasil. As ações promocionais estarão concentradas sobretudo em mercados estratégicos, que serão identificados mediante estudos e consultas a entidades de representação do empresariado, além de outros setores do Governo Federal, com a participação da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (CAMEX).

As empresas brasileiras e os importadores de produtos brasileiros, desde que credenciados junto ao sistema, terão à sua disposição na Rede Brasileira de Promoção Comercial, via Internet, os seguintes cadastros, formulários e instrumentos.

1. Cadastro de Empresas e Pessoas Jurídicas Brasileiras
2. Cadastro de Empresas Estrangeiras
3. Oportunidade de Exportação (gerado no exterior)
4. Oferta de Exportação (gerado no Brasil)
5. Oferta de Investimento para o Brasil
6. Demanda de Investimento no Brasil
7. Informações sobre Projetos
8. Informações sobre Concorrências Públicas
9. Informações Básicas de Produtos
10. Informações sobre Feiras e Exposições
11. Estudos de Prospecção de Mercados

Na área tecnológica, o Ministério das Relações Exteriores criou o Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI). Por intermédio dos setores comerciais das representações diplomáticas brasileiras no exterior, e em locais específicos no Brasil, o SIPRI procura captar investimentos externos e estimular operações de transferência de tecnologia, especialmente para pequenas e médias empresas. É mais uma frente de atuação a contribuir para a modernização do parque industrial e a criar melhores condições de competitividade das empresas brasileiras.



# NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

## Desenvolvimento e Competitividade

### 2. MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL E PRODUTIVA

Modernização industrial é um dos núcleos da Nova Política Industrial. A modernização pode ser traduzida em estímulos e incentivos às empresas e aos empresários industriais para que adotem novos e melhores métodos de produção. Entre eles:

- práticas internacionais de gestão;
- qualidade e produtividade;
- design;
- apoio à pequena e média empresa;
- geração e incorporação de inovações tecnológicas;
- ações específicas em setores selecionados.

#### PRÁTICAS INTERNACIONAIS DE GESTÃO

O Governo Federal tem incentivado as práticas empresariais de atuação em rede. São empresas de grande porte que organizam e mobilizam grupos de empresas menores, acelerando a velocidade de resposta aos estímulos do mercado e reduzindo o custo de contratação de fornecedores. A rede também pode ser formada exclusivamente por empresas de menor porte. Neste caso, a articulação é feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

#### QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) foi lançado em 1990 objetivando apoiar o esforço de modernização da indústria brasileira, aumentando sua competitividade. O programa foi bem sucedido em relação a uma parcela do setor industrial. Mais recentemente, a ação mais relevante do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade é a completa reformulação do INMETRO, o que está provocando forte impacto na melhoria da infra-estrutura de serviços tecnológicos. O novo modelo de normalização técnica busca a descentralização e abre espaço para que as empresas privadas e estatais integrem mediante a criação de organismos de Normalização Setoriais. No âmbito da certificação de conformidade estão sendo criados Organismos Certificadores Credenciados em sincronia com o credenciamento da Rede Nacional de Laboratórios de Testes e Ensaios.

O Brasil tem hoje a 6ª maior taxa de crescimento no número de empresas com sistemas de qualidade certificados segundo as normas da série ISO 9000. Em 1990, havia 18 empresas em 1990. Em 1997 totalizavam 2.219.

Os resultados dessas mudanças no modelo de atuação e na forma de funcionamento do INMETRO e do Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (CONMETRO) refletem-se no número de estabelecimentos com sistemas de qualidade certificados segundo as normas da série ISO 9000: de 18, em 1990, aumentou para 2.219 até outubro de 1997. O Brasil hoje ostenta a 6ª maior taxa de crescimento nesse campo.

A participação brasileira nos foros internacionais de certificação passou a ser mais ativa. Reduziu-se extraordinariamente o hiato entre as decisões internacionais e a sua entrada em vigor no País. Prova disso foi a rapidez com que empresas brasileiras empenharam-se na elaboração das normas da série ISO 14000 (relativas a sistemas de gestão ambiental). A organização da infra-estrutura para Certificação de Sistemas de Gestão Ambiental foi concluída quase ao mesmo tempo que o movimento internacional. Já existem no Brasil 20 empresas certificadas segundo as normas da série ISO 14000.

O Projeto de Especialização em Gestão da Qualidade, coordenado pelo MCT, propiciou, ao longo da década de 90, a implantação de programas de gestão da qualidade em cerca de 7.000 empresas e a capacitação de cerca de 25.000 técnicos e gerentes. As próprias empresas foram mobilizadas a capacitarem mais 200.000 empregados. Para as pequenas empresas, o PBQP, por meio de um projeto coordenado pelo SEBRAE, formou cerca de 1.500 multiplicadores e implantou a metodologia adaptada para esse tipo de empresa em cerca de 1.120 estabelecimentos.

A organização da infra-estrutura no Brasil para Certificação de Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14000) — foi concluída quase ao mesmo tempo que o movimento internacional. Vinte empresas brasileiras já estão certificadas segundo as normas da série ISO 14000.

Apesar dos avanços alcançados, qualidade e produtividade ainda encontram-se em estágio incipiente em diversos setores da vida nacional, tais como Saúde, Administração Pública, Educação etc, os quais necessitam incorporar de forma mais profunda os preceitos de gestão pela qualidade.

Assim, a partir de maio de 1998, o PBQP passou por um processo de realinhamento estratégico, que busca, por meio da eficácia na gestão dos recursos públicos e privados, a melhoria da qualidade de vida da população e a competitividade dos bens e serviços produzidos no País.

Esse realinhamento está sendo conduzido mediante a mobilização da sociedade nos seus diversos segmentos, buscando o estabelecimento de metas mobilizadoras nos setores de Indústria, Exportação, Ciência e Tecnologia, Trabalho, Administração Pública, Agricultura, Habitação, Micro e Pequena Empresa, Consumidores, Audiovisual, Saúde e Turismo. Agências governamentais, empresas públicas, entidades empresariais e outros órgãos da sociedade civil participam dessa nova fase do

Mais diretamente relacionadas com a **Nova Política Industrial** destacam-se as seguintes metas do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade:

- a) Indústria mais competitiva;
- b) Dobrar o valor das exportações até o ano 2002;
- c) Pequenas empresas mais produtivas.

### **Indústria mais competitiva**

A meta é promover o crescimento da produtividade industrial, isto é, a quantidade produzida por trabalhador, de 6% ao ano, em média, até 2003. Nos anos 90, a produtividade na indústria brasileira aumentou consideravelmente - cerca de 8,6% em média, ao ano (Quadros 1 e 2, e Gráfico1).

Esse foi um desempenho excepcional, marcado pela reação do setor industrial ao processo de modernização da economia brasileira a partir da abertura comercial, do avanço do processo de privatização e da estabilização econômica. Tal desempenho contrasta com a virtual estagnação da produtividade que se observou na década de oitenta.

O novo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade pretende aumentar a produtividade média da indústria em 6% ao ano, até 2003.

Assim sendo, a meta de um crescimento da produtividade de 6% ao ano nos próximos cinco anos, ainda que inferior à média dos anos 90, constitui um desafio ao setor industrial. Este ritmo implica um aumento acumulado da produtividade da ordem de 152%, entre 1990 e 2003, ritmo bastante expressivo para os padrões internacionais.

O Programa relativo à Indústria será concentrado nos seguintes setores: Alimentos; Alumínio; Borracha; Automotivo; Bens de Capital; Brinquedos; Construção; Eletroeletrônicos; Couros e Calçados; Gemas e Jóias; Iluminação; Higiene e Beleza; Informática e Automação; Mineração; Papel Celulose; Pesca; Plástico; Química de Base; Química Fina; e Siderurgia.

### **Dobrar o valor das exportações**

Até 2002, a meta do PBQP é exportar US\$ 100 bilhões, dobrando em valor percentual a participação de produtos com crescimento dinâmico na pauta de exportação brasileira.

Produtos dinâmicos no comércio internacional são aqueles que apresentam taxas de crescimento no mercado internacional superiores a 9% ao ano.

Estudos disponíveis da Associação Brasileira de Exportação (AEB) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) relacionam os produtos de maior taxa de crescimento no mercado mundial e o valor total do mercado de exportação de cada um destes produtos.

As novas metas de qualidade e produtividade de exportação estarão concentradas em 33 produtos. O objetivo é atingir US\$ 100 bilhões, até 2002 o aumento da participação das pequenas e médias empresas no esforço de exportação.

Inicialmente o PBQP, articulado com o Programa Especial de Exportações (PEE), direcionará seus esforços para o grupo de 33 produtos dinâmicos. No início da década de 90, esses produtos representavam 28,7% do total exportado no mercado mundial.

Segundo dados disponíveis na CNI, em 1995, o Brasil apresentava em sua pauta exportadora 21 produtos dinâmicos, que constituíam 13,1% das exportações brasileiras. Em 1997, supondo a mesma participação (13,1%), os produtos dinâmicos representaram cerca de US\$ 7 bilhões nas exportações brasileiras.

Dobrar o percentual de participação dos produtos dinâmicos na pauta de exportação até 2002, seria atingir 26,2%, ou seja, aproximadamente, ¼ das exportações brasileiras em 2002, representando US\$ 28 bilhões. Haverá, então, uma quadruplicação em valor dos produtos dinâmicos atualmente exportados.

### **Pequenas empresas mais produtivas**

A meta é ampliar a produtividade das empresas de pequeno porte em 20% até 2002. A competitividade de uma nação depende de fatores estruturais da economia e da competitividade de suas empresas, a qual passa pela melhoria da produtividade empresarial. Essa melhoria pode ser obtida atuando-se em três variáveis:

- a) melhoria da qualidade
- b) aumento da produção
- c) diminuição dos custos

Pode-se intervir na utilização destas três variáveis por meio de modernas tecnologias de gestão, sem necessidade de grandes investimentos e equipamentos.

Com a abertura da economia brasileira, as grandes empresas buscaram adotar essas novas tecnologias de gestão para

garantirem sua sobrevivência no novo ambiente competitivo.

Nas pequenas e micro empresas, apesar desta prática ainda ser pouco difundida, a experiência de um grupo que implantou modernas tecnologias de gestão mostrou resultados promissores, havendo certamente um enorme potencial de ganho para estas empresas. É importante observar que já se dispõem (ou estão se desenvolvendo) de metodologias para transferência de algumas dessas tecnologias de gestão.

Com a adoção dessas modernas técnicas de gestão nas pequenas empresas, além do ganho em produtividade, prevê-se o aumento de participação destas empresas no esforço para exportação e o aumento do número de postos de trabalho.

## DESIGN

O Programa Brasileiro do Design, lançado em novembro de 1995, resulta de uma ampla parceria entre o Governo Federal e a iniciativa privada. Do lado governamental contam-se o MICT, o MCT, o MRE, o BNDES, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Da iniciativa privada participam mais de uma centena de entidades. Entre elas destacam-se a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMÓVEL) e o Instituto Brasileiro de Gemas, Jóias e Metais Preciosos (IBGM).

No atual cenário de acelerada evolução tecnológica e de internacionalização de negócios, a promoção do design é de fundamental importância na criação de uma identidade e agregação de valor ao produto. A diferenciação é hoje requisito imprescindível para uma nova estratégia de competitividade e ampliação das exportações das indústrias. Estão sendo desenvolvidos 45 projetos, em todo o País, nos setores moveleiro, joalheiro, software, têxtil, brinquedos e calçados. Doze núcleos de design oferecem atendimento direto a empresas interessadas.

O artesanato brasileiro responde por cerca de 5 milhões de empregos diretos e indiretos. O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) está sendo implementado pelo MICT em articulação com os estados e municípios, instituições privadas e organizações não-governamentais. A meta é valorizar o artesão com projetos que visam ao aumento da competitividade, à geração de emprego e renda e à projeção do País no exterior. Municípios carentes, indicados pelo programa Comunidade Solidária, são as áreas prioritárias do PAB.

## GERAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) foi criado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia em 1984 para fortalecer a capacidade científica e tecnológica nacional. As fontes de recursos são o Tesouro Nacional e os acordos de empréstimo com o Banco Mundial.

A partir de 1998, o programa passou a incluir as seguintes áreas temáticas: Química e Engenharia Química, Geociências e Tecnologia Mineral, Biotecnologia, Física Aplicada, Ciência e Engenharia de Materiais, Ciências Ambientais e Desenvolvimento Tecnológico.

As ações implementadas pelo MCT e suas agências com vistas ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento do sistema nacional de inovações podem ser reunidas em dois grupos:

- 1) programas de fomento ao investimento em desenvolvimento tecnológico;
- 2) programas executados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), entidades vinculadas ao MCT.

O resultado síntese desse esforço revela-se no expressivo incremento do dispêndio do País em Ciência e Tecnologia. De uma marca histórica de 0,7% do PIB, atingiu o nível de 1,2% em 1997, equivalente a R\$ 10 bilhões. O objetivo é alcançar 1,5% do PIB em 1999. Igualmente revelador do progresso alcançado é o aumento da participação dos investimentos devidos às empresas, atualmente em torno de 32%. A referência histórica era de 10%. Apesar dos bons índices, o desempenho necessita melhorar. Nos países desenvolvidos cabe às empresas entre 40 e 50% dos dispêndios nacionais em Ciência e Tecnologia. A meta brasileira é atingir 40% em 1999.

Houve expressivo incremento do dispêndio em Ciência e Tecnologia. De uma marca histórica de 0,7% do PIB, atingiu-se o nível de 1,2% em 1997, equivalente a R\$ 10 bilhões. O objetivo é alcançar 1,5% do PIB em 1999.

Os incentivos fiscais da Lei 8661, de outubro de 1993, por intermédio do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), representam fator de extrema relevância na criação de novos produtos e processos. Após quatro anos de vigência dessa lei, os bons resultados do uso desse instrumento ilustram o avanço da participação das empresas:

- R\$ 2,2 bilhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (em 4 anos), beneficiando 130 empresas, no âmbito de 79 programas, que contaram com incentivos de R\$ 536 milhões;
- para cada Real de renúncia fiscal as empresas estão investindo em média R\$ 4,09;
- faturamento das empresas beneficiadas representam cerca de 12% do PIB brasileiro de 1996, e estas empregam 310.000 pessoas;
- das empresas participantes do programa, 42% são de capital nacional, 41% de capital estrangeiro e 17% são empresas

estatais;

- os programas aprovados se dividem em 87% para a indústria e 13% para a agropecuária.

Dentro do PACTI, o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) é responsável por investimentos no setor industrial. Foram aprovados 53 PDTIs nos ramos de mecânica, materiais de transporte, eletroeletrônico, químico, metalurgia e mineração. Esses investimentos geraram 14 inovações tecnológicas e 11 inovações de processos.

Incentivos fiscais da lei 8.661, de outubro de 1996, favoreceram a criação de novos produtos e processos. Em quatro anos de vigência da lei, registra-se R\$ 2,2 bilhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento beneficiando empresas.

Ainda no bojo do PACTI, o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA) cuida dos investimentos com incentivos da Lei 8661, que já resultaram em 7 inovações tecnológicas de processos na agroindústria de cana-de-açúcar.

Dois projetos específicos, ALFA e ÔMEGA, também integram o PACTI.

O projeto ALFA procura estimular a inovação tecnológica nas micro e pequenas indústrias mediante a oferta de financiamento, não-reembolsável, para apoiar a realização de estudo de viabilidade técnica e econômica de projetos de desenvolvimento de inovações tecnológicas. Os projetos que apresentarem bons resultados nessa etapa serão encaminhados à FINEP para financiamento reembolsável do desenvolvimento experimental. Esses projetos terão aval do SEBRAE. Até 1997, haviam sido lançados projetos ALFA nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Dos 23 projetos aprovados, 15 foram concluídos e 8 encontram-se em desenvolvimento. Os 15 projetos restantes estavam em processo de análise.

O projeto ÔMEGA concentra-se no estímulo aos projetos de pesquisa cooperativa sob a liderança de centros de pesquisa, universidades ou institutos tecnológicos, públicos ou privados. No mínimo duas empresas industriais participam do projeto por meio de linha de financiamento não-reembolsável.

O projeto ÔMEGA cobre 50% dos investimentos até o limite de R\$ 200 mil. Em 1996, no primeiro ano de financiamento, dos 69 projetos apresentados, foram selecionados apenas 14 nos setores de meio ambiente, petroquímica, indústria de bebidas e alimentos, siderurgia, material de transporte, hidroenergia, mineração e indústria espacial. De R\$ 2 milhões destinados ao projeto ÔMEGA, resultaram investimentos totais de cerca de R\$ 5,5 milhões em pesquisa cooperativa.

Parceria bem sucedida entre o setor público e o setor privado, o SoftEx 2000 reúne 700 empresas que promovem a exportação de produtos e de software brasileiro. Até o ano 2.000, a meta é atingir 1% do mercado mundial, equivalente a US\$ 150 milhões. Em 1996, as exportações de software alcançaram US\$ 150 milhões.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desenvolve programas para capacitação tecnológica da indústria que contribuem diretamente para melhoria da capacidade competitiva. Entre eles destacam-se o Programa Nacional de Software para Exportação (SoftEx 2000) e a Rede Nacional de Pesquisas (RNP).

### **SoftEx 2000**

Inicialmente criado pelo CNPq, o SoftEx 2000 é atualmente uma parceria bem sucedida entre o setor público e o setor privado. Do lado governamental estão o CNPq e a FINEP, coordenados pela Secretaria de Política em Informática e Automação (SEPIN), do MCT, e a Fundação Banco do Brasil. Pelo setor privado, sob a liderança da Associação Brasileira das Empresas de Software e Serviços (ASSESPRO) e do SEBRAE, participam cerca de 700 empresas agregadas em torno de 16 Núcleos de Desenvolvimento de Software, localizadas em cidades com maior potencial de atuação no setor. Além disso, há mais 4 clubes de empreendedores, localizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Londrina e Curitiba, que trabalham paralelamente a esses Núcleos.

O objetivo do SoftEx 2000 é promover a exportação de produtos e serviços de software produzidos por empresas brasileiras. Até o ano 2000 espera-se atingir 1% do comércio internacional de programas de computador, equivalente a US\$ 2 bilhões. Para atender a esse mercado prevê-se que deverão ser instaladas mais de 1.000 empresas e gerados 50.000 mil novos empregos qualificados. Ao mesmo tempo estima-se que será conquistado metade do mercado interno. Em 1996, as exportações de software brasileiro atingiram cerca de R\$ 150 milhões.

Até 1999, a expansão das malhas de comunicação eletrônica abrangerá todo o território nacional "nós" e "conexões" nas principais cidades brasileiras. A velocidade das conexões será acelerada para 2 megabits por segundo nos trechos críticos da rede e na ligação com os Estados Unidos, facilitando ainda mais o acesso à Internet.

Desde 1996, com a criação da sociedade civil SoftEx 2000, o CNPQ deixou de ser o órgão executor do programa. No entanto, ainda empresta o seu apoio e integra o seu Conselho de Administração, ao lado da SEPIN, FINEP, BNDES, ASSESPRO, SEBRAE e da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (ABINEE).

### **Rede Nacional de Pesquisas**

A tarefa mais relevante da Rede Nacional de Pesquisas foi a sua contribuição para consolidar as malhas de comunicação eletrônica. Desde 1995, tornou disponíveis os serviços da Internet ao se colocar como provedora de uma espinha dorsal (backbone) que liga todas as capitais. Até 1999, a expansão da malha abrangerá todo o território nacional com "nós" e "conexões" nas principais cidades brasileiras. A velocidade das conexões será acelerada para 2 megabits por segundo nos trechos críticos da rede e na ligação com os Estados Unidos. A meta é melhorar o acesso internacional à Internet e implementar o serviço Internet Brasil no setor privado.

Outro elemento-chave de apoio à Política Industrial é a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A atuação da FINEP desdobra-se em duas vertentes principais:

1) investimento direto nas empresas;

2) integração universidade-empresa.

### **Investimento direto nas empresas**

Esta modalidade de investimento apresenta-se sob duas formas:

1) financiamento de projetos industriais

2) participação direta em empresas industriais.

No caso de participação direta nas empresas, a verba é proveniente do orçamento da FINEP. Já os financiamentos são realizados com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), oriundos do Tesouro Nacional.

Uma rede especial une via satélite 43 escolas de engenharia, operando a modernização e a capacitação de seus cursos e departamentos de engenharia do ensino de engenharia.

Em 1997, os investimentos diretos nas empresas totalizaram R\$ 420 milhões distribuídos por projetos de desenvolvimento de produtos e processos; de desenvolvimento da gestão empresarial, englobando qualidade total e ambiental; de aprimoramento técnico de empregados nos diversos níveis; e de desenvolvimento da tecnologia da informação.

### **Integração universidade-empresa**

A FINEP promove a integração universidade-empresa por intermédio da formação de redes de instituições de pesquisa em torno de projetos de pesquisas cooperativos entre universidade e empresa. As principais ações desenvolvidas nesta linha são:

Desenvolvimento das Engenharias (PRODENGE)

Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD)

### **Desenvolvimento das Engenharias**

Este programa fraciona-se em duas ações principais:

Reengenharia do Ensino de Engenharia (REENGE)

Redes Cooperativas de Pesquisa (RECOPE)

A **Reengenharia do Ensino de Engenharia** apóia a modernização e a capacitação das Escolas e Departamentos de Engenharia, a realização de projetos de pesquisa de fim de curso e a operação da Rede Brasileira de Engenharia (RBE). Essa rede une via satélite todos os participantes do REENGE. Participam do REENGE 43 das 159 escolas de engenharia existentes no Brasil. Os recursos liberados foram aplicados principalmente para equipar laboratórios nas disciplinas básicas (física, química, biologia, matemática e informática), assim como apoiar as atividades da metodologia conhecida como "mão na massa", na qual os estudantes de engenharia projetam e fabricam um produto pré-definido.

A competitividade de empresas brasileiras sendo incrementada por meio da utilização de supercomputadores no desenvolvimento de produtos e na solução de problemas tecnológicos. Mais de 300 pessoas estão sendo treinadas para o desenvolvimento de aplicações de supercomputadores.

As **Redes Cooperativas de Pesquisa** (RECOPE) garantem apoio financeiro à formação de redes cooperativas, ao apoio às redes já formadas, que venham a se constituir, ou que se disponham a atuar em temas específicos propostos pelos próprios interessados. Atenção especial é dirigida às redes locais que atendam prioridades regionais consideradas relevantes. Foram contratados pelo RECOPE 8 redes, com 32 sub-redes, envolvendo 164 grupos de pesquisa e 82 empresas. Nas 30 redes específicas selecionadas, estão envolvidos 82 grupos de pesquisa e 30 empresas.

### **Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho**

O objetivo do sistema é aumentar a competitividade das empresas brasileiras por meio da utilização de supercomputadores no desenvolvimento de produtos e na solução de problemas tecnológicos. Mais de 300 pessoas estão sendo treinadas em desenvolvimento de aplicações de supercomputadores.

A infra-estrutura da rede de supercomputadores conta com 6 Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho. Mais 10 Núcleos de Atendimento Remoto estão implementados. Bosch, Mercedes-Benz, Cosigua, Piratini e Petrobrás são algumas das empresas atendidas por esse sistema.

O instrumento principal desse sistema é o apoio financeiro à implementação da infra-estrutura de rede de supercomputadores, que compreende os Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho (CENAPAD), os Núcleos de Atendimento Remoto (NAR) e os Laboratórios para Prestação de Serviços Técnicos Especializados (LSE).

Conta-se atualmente 6 centros localizados no Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, e dois no Estado de São Paulo: um na capital e outro em Cachoeira Paulista. Estão sendo implementados 10 Núcleos de Atendimento Remoto. Dezenas de projetos operam a formação de pessoal para a indústria, a transferência de tecnologia e a realização de trabalhos integrados entre universidade e empresa. Bosch, Mercedes-Benz, Cosigua, Aços Piratini e Petrobrás são algumas das empresas atendidas pelo sistema.

## **AÇÕES ESPECÍFICAS EM SETORES SELECIONADOS**

O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), em articulação com outros ministérios e agências governamentais, elaborou um conjunto de iniciativas e de ações específicas (**Quadros 9-A, 9-B e 9-C**) para setores-chave da **Nova Política Industrial**, tais como:

**Automotivo**  
**Complexo eletroeletrônico**  
**Celulose e papel**  
**Siderurgia**  
**Bens de capital**  
**Têxtil**  
**Couros e calçados**  
**Brinquedos**  
**Autopeças**  
**Indústria aeronáutica**  
**Móveis**  
**Tecnologia da Informação**

O Regime Automotivo Brasileiro consiste numa política de objetivos de médio prazo, indutora de investimentos e de equilíbrio na balança comercial setorial, envolvendo autopeças e veículos. Esta iniciativa foi desenhada a partir do reconhecimento do importante papel estratégico do setor automotivo no processo de desenvolvimento da economia brasileira e sua inserção no mapa econômico do mundo.

A ação de incentivo do Governo Federal ao complexo eletroeletrônico ocorre no contexto do extraordinário crescimento apresentado no período 1994-96, em decorrência do Plano Real, tornando o Brasil o sexto pólo mundial na produção de televisores e computadores pessoais. O processo em curso cria condições para que o setor desempenhe um papel indutor de desenvolvimento da economia industrial nos aspectos de globalização da estrutura produtiva, digitalização e redução acentuada dos preços dos bens com conteúdo eletrônico. Outras referências da ação do Governo Federal no complexo eletrônico são a Zona Franca de Manaus, onde já se localiza mais de 1/4 da produção eletroeletrônica do País, e a Lei de Informática e suas leis correlatas. A essas iniciativas somam-se o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (PASTE) e a privatização da telefonia celular da banda B, o que vem impulsionando a expansão do setor industrial fornecedor de equipamentos. A instalação de uma indústria de componentes eletrônicos no Brasil é uma questão crucial para a consolidação dos avanços obtidos e tem recebido atenção prioritária dos agentes governamentais.

O setor de papel e celulose está sendo atendido com financiamentos do BNDES em condições compatíveis com o tempo de maturação da atividade, tanto nos projetos de expansão como nos de melhoria de eficiência das unidades produtivas em operação. De 1995 a 1997, os desembolsos do BNDES para o setor foram cerca de 27% superiores aos do período 1992-93.

O setor siderúrgico foi beneficiado no atual Governo por uma série de medidas nas áreas tributária e de incentivo à exportação, adotadas no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo. Após a privatização, naturalmente compete ao setor privado a incumbência de investimentos na siderurgia. A ação do Governo Federal restringe-se então ao apoio às estratégias competitivas das empresas.

A estratégia de competitividade do setor de bens de capital mecânicos contou com várias medidas de apoio oficial à modernização do parque industrial, tanto na área de financiamento como na desoneração e compensação de tributos. Destaca-se também a criação da Empresa Brasileira de Seguro de Crédito à Exportação, que preenche uma lacuna na política brasileira de comércio exterior.

No setor têxtil, o programa de financiamento do BNDES revela-se de extrema importância, ressaltando-se o fundo de aval para assistir às micro, pequenas e médias empresas, que constituem a maioria dos estabelecimentos desse ramo industrial. As linhas de financiamento à exportação e o PROEX contribuíram para o aumento das vendas externas.

O setor calçadista passa por uma reestruturação, deslocando unidades fabris para regiões que apresentam melhores condições em termos de competitividade e custos. Esse processo tem como elementos de sustentação os financiamentos do BNDES, os incentivos do Imposto de Renda e a desregulamentação implementada pelos Estados. Além disso, os municípios contribuem com facilidades para implantação de infra-estrutura de instalações industriais.

**A indústria de informática gerou, em 1997, 100.000 postos de trabalho diretos, sendo 40.000 ocupados por pessoal com formação acadêmica superior, em nível de graduação e pós-graduação.**

Em julho de 1996, foi estabelecida a medida de salvaguarda para brinquedos, em caráter temporário, com o objetivo de proteger a indústria doméstica. A proteção, garantida pela elevação da alíquota do Imposto de Importação, será reduzida gradativamente. A mesma medida prevê o monitoramento do setor, com avaliações semestrais realizadas pelo MICT, para que sejam cumpridos os termos do compromisso de ajuste. A estratégia de competitividade traçada inclui metas de investimentos, inovação de produto, modernização de processos, geração de emprego e redução de preços.

O setor de autopeças sofre uma forte pressão das montadoras para que adote uma política de preços iguais ou inferiores aos dos fornecedores mundiais. Medidas de fomento foram adotadas, em 1995, por ocasião do Regime Automotivo Brasileiro relativas aos índices de nacionalização, ao Imposto de Importação e às linhas de financiamento para o setor.

**O setor de autopeças sofre uma forte pressão das montadoras para que adote uma política de preços iguais ou inferiores aos dos fornecedores mundiais. Medidas de fomento foram adotadas, em 1995, por ocasião do Regime Automotivo Brasileiro relativas aos índices de nacionalização, ao Imposto de Importação e às linhas de financiamento para o setor.**

A indústria aeronáutica, representada pela Embraer, foi reestruturada após a privatização em dezembro de 1994, e contou com o apoio do PROEX para financiamento e equalização de taxas de juros. O resultado dessas medidas pode ser avaliado pelo expressivo volume de encomendas

firmes de 132 aeronaves, no valor de US\$ 2 bilhões. Há perspectivas promissoras de novos negócios, já que foram acertadas opções de compra para outras 194 aeronaves.

A Política de Informática, estabelecida em abril de 1993 e conduzida pelo MCT, volta-se para o desenvolvimento tecnológico e da competitividade do setor da tecnologia de informação. De 1993 a 1997, os investimentos das empresas do setor – beneficiadas pelos incentivos da Lei 8.248, de 1993 – atingiram o montante de R\$ 1,284 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 500 milhões representam aplicações em projetos realizados em parceria com universidades e institutos de pesquisa. A indústria gerou, em 1997, cerca de 100.000 postos de trabalho diretos, sendo mais de 40.000 ocupados por pessoal com formação acadêmica superior, em nível de graduação ou pós-graduação. A abertura da economia brasileira e a busca da inserção do País no mercado internacional, assim como a aplicação da política de informática, estimularam a fixação, no Brasil, de unidades industriais de grandes empresas com presença marcante no mercado mundial, orientadas também para o mercado externo, principalmente o latino-americano.

Mais de 300 empresas aderiram à atual política. Houve significativo aumento em Pesquisa e Desenvolvimento, reduziu-se a necessidade de importação nas áreas de tecnologia de ponta e foram gerados mais empregos especializados. Ao todo, 124 das empresas do setor possuem seus sistemas de qualidade certificados de acordo com as normas ISO 9000, num universo que representa 90% do faturamento com a produção e comercialização de bens e serviços de informática.

### Medidas Relevantes para o Desempenho da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil em 1997

#### Quadro 9 – A Política de Importação

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de salvaguarda para a indústria de brinquedos sob a forma de elevação da alíquota do Imposto de Importação (Portaria Interministerial MICT/MF nº 21)</li> </ul>	dez/96
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança nas condições de importações financiadas com prazos inferiores a 360 dias (MP nº 1.569)</li> </ul>	mar/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de salvaguarda para importação de roupas chinesas mediante o estabelecimento de cotas para a importação (Portaria Interministerial MICT/MF nº 7)</li> </ul>	jun/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revogação das isenções do Imposto de Importação para as mercadorias incluídas no regime "ex tarifário", que passam a ter alíquotas estabelecidas na Tarifa Externa Comum (TEC) ou na Lista de Exceção à TEC (Portaria Interministerial nº 174)</li> </ul>	jul/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevação da TEC em três pontos percentuais, o que afetou praticamente toda a pauta de importações, com exceção de automóveis e outras mercadorias, que atingiram os níveis consolidados na Organização Mundial do Comércio (Decreto nº 2.376)</li> </ul>	nov/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos itens com exigência de anuência prévia para importações, a ser emitida pelo DECEX (Comunicado SECEX nº 37)</li> </ul>	dez/96

#### Quadro 9 - B Política de Exportação

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de nova linha de crédito à exportação, o BB FORFEX, com dotação de R\$1 bilhão</li> </ul>	mar/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Banco do Brasil destinou ao Programa de Estímulo à Exportação (PROEX), em 1997, aproximadamente R\$1 bilhão, o que representou um crescimento expressivo do orçamento deste programa, que alcançava, em 1995, a quantia de R\$ 497 milhões de reais</li> </ul>	mar/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de nova empresa responsável pela realização do seguro de crédito para exportação no Brasil. Os seguros feitos por esta empresa cobrirão até 85% das perdas atribuídas às exportações</li> </ul>	mar/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Comitê de Crédito à Exportação (CECEX) facultou ao Banco do Brasil a autonomia de realizar operações de financiamento até o limite de US\$ 5 milhões, sem consulta prévia ao CECEX, diminuindo, assim, a demora na concessão dos financiamentos. Foi também ampliado de 85% para 100% do valor exportado o limite de cobertura dos financiamentos concedidos para bens de elevado valor agregado e bens de capital</li> </ul>	abr/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos custos dos financiamentos, que passaram para Libor mais 1% (antes era Libor, mais 2%); aumento da participação do BNDES no financiamento total do projeto, de 85% para 100%; e ampliação da lista de produtos passíveis de financiamento. Até o início de 1997, apenas os bens de capital eram contemplados pelo FINAMEX. Atualmente o programa cobre cerca de 70% dos produtos que compõem a pauta de exportações brasileiras</li> </ul>	ago/97
	nov/97

<ul style="list-style-type: none"> <li>Extensão do direito de realizar ACCs para os produtores de insumos, enquadrados como exportadores indiretos (MP nº 1.598)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (Fundo de Aval para Pequena e Média Empresa), visando prover recursos para garantir os riscos das operações de financiamento do BNDES (MP nº 1.601)</li> </ul>	nov/97

**Quadro 9 - C**  
**Outras Políticas relevantes**

<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de incentivos especiais para as montadoras de automóveis que se instalarem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País (MP nº 1.532)</li> </ul>	dez/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reformulação das políticas operacionais do BNDES com o objetivo de reduzir os custos reais de financiamento e simplificar o processo de obtenção de crédito de longo prazo (Carta Circular DEPOC/Finame)</li> </ul>	ago/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevação em cinco pontos percentuais das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre automóveis, para as diversas categorias de veículos, e elevação em 10 pontos percentuais das alíquotas do mesmo tributo incidentes sobre bebidas (Decreto nº 2.375 e Ato Declaratório nº 74)</li> </ul>	nov/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução do percentual permitido para a dedução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas relativa aos investimentos em programas da SUDAM, SUDENE e outros, tais como os fundos FINOR, FINAM E FUNRES (Lei nº 9.532)</li> </ul>	dez/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução de 50% da alíquota do IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como sobre os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico (Lei nº 9.532)</li> </ul>	dez/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução do abatimento no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas dos gastos referentes aos incentivos fiscais relativos ao investimento em tecnologia e aos benefícios aos empregados (Lei nº 9.532)</li> </ul>	dez/97
<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução à metade dos incentivos para novos projetos do Regime Automotivo e do Regime Automotivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Lei nº 9.532)</li> </ul>	dez/97



### 3. REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL

Dos diversos fatores que contribuem para definir a competitividade da indústria, muitos referem-se ao ambiente que envolve as atividades industrial e comercial. No caso brasileiro, alguns desses fatores, também chamados "sistêmicos", haviam sido herdados de anos anteriores e transformaram-se em ponderosos obstáculos ao desempenho competitivo da indústria.

Como resposta ao problema, há um grande esforço dirigido à redução do que se convencionou chamar de "Custo Brasil".

A eliminação dos diversos componentes que encarecem a produção interna apresenta os primeiros resultados positivos. Isso pode ser notado no início da recuperação da competitividade externa de vários setores, assim como no resultado das exportações brasileiras em 1997. Os ganhos de competitividade da indústria nacional para fazer frente às importações é outro aspecto relevante.

Em 1997, foram aplicados R\$ 16,6 bilhões e investimentos previstos para o Brasil em A seus 26 empreendimentos em infra-estrutu 1998, a previsão é de R\$ 15,4 bilhões de investimentos.

A redução do "Custo Brasil" é o vértice de inúmeras iniciativas. Entre elas, duas ações políticas são fundamentais para a consecução desse objetivo:

#### 1. Investimentos em infra-estrutura

#### 2. Menos burocracia e mais simplificação tributária

### INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

No passado recente, o Brasil experimentou forte processo de deterioração da infra-estrutura econômica, resultando em acentuada perda de sua eficiência e competitividade. A estratégia do Governo para recuperação e ampliação dos níveis de investimento em infra-estrutura contempla diversas formas de parceria, tanto na constituição de uma nova formatação da oferta de serviços, como na mobilização da capacidade financeira e empresarial privada.

A participação do setor privado no financiamento da infra-estrutura é fundamental para assegurar a expansão da oferta dos serviços do setor na dimensão requerida pelo crescimento da economia, bem como garantir que a provisão desses serviços seja praticada a preços e padrões de qualidade compatíveis com o desejado desempenho competitivo.

Passos importantes já foram dados nessa direção. A partir da aprovação das emendas à Constituição que eliminam as restrições ao capital estrangeiro e da quebra dos monopólios de empresas estatais, procedeu-se a nova regulamentação dos setores de energia, telecomunicações, petróleo e portos, assegurando aos novos provedores dos serviços um contexto institucional definido e estável.

Os investimentos em infra-estrutura deverão acompanhar, nos próximos anos, o processo de estruturação dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, buscando alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- 1) aumentar a eficiência e a competitividade da economia;
- 2) facilitar a articulação com os mercados internacionais;
- 3) aumentar a integração das regiões brasileiras com a abertura de novas fronteiras de desenvolvimento;
- 4) reduzir disparidades regionais e sociais;
- 5) estimular os investimentos privados.

O desenvolvimento das áreas de influência dos eixos nacionais tende a articular investimentos em infra-estrutura econômica (transportes, energia e telecomunicações), desenvolvimento social e informação e conhecimento, apoiando-se em parcerias público-privadas.

Os investimentos deverão, assim, estar concentrados em 12 eixos nacionais, agrupados preliminarmente em seis conjuntos básicos, a partir de estudos derivados do Plano Plurianual (PPA) para o período 1996 - 1999:

#### I - Eixos da Amazônia

1. Eixo de Saída Norte para o Caribe / Rodovia BR-174
2. Eixo de Saída para o Atlântico / Hidrovias do Madeira e do Amazonas

III - Eixos do Nordeste

1. Eixo Costeiro do Nordeste
2. Eixo do rio São Francisco
3. Eixo Transnordestino

IV - Eixo do Oeste / Rodovias BR-364 e BR-163

V - Eixos do Sudeste

1. Eixo Centro - Leste
2. Eixo de São Paulo

VI - Eixos do Sul

1. Eixo Costeiro Sul
2. Eixo de franja de fronteira
3. Eixo da Hidrovia Paraguai - Paraná

Os investimentos do Programa Brasil em Ação, em implementação, já proporcionam um avanço fundamental do processo de estruturação dos eixos nacionais. Em 1997, foram aplicados R\$ 16,6 bilhões em seus 26 empreendimentos em infra-estrutura. Para 1998, a previsão é de R\$ 15,4 bilhões de investimentos.

### **Transportes**

No passado, o setor mais prejudicado pela carência de recursos públicos foi o de transportes, com forte degradação do patrimônio instalado e perda de eficiência operacional dos vários sistemas. As deficiências de transportes representam um claro constrangimento para a elevação da competitividade da economia e para a abertura de novas fronteiras de desenvolvimento.

A diretriz básica para a área de transportes é a descentralização, tendo como instrumento importante, mas não único, a introdução de um novo Sistema Nacional de Viação (Projeto de Lei n.º 1.176/95, em trâmite no Congresso Nacional), complementado por iniciativas como a delegação de rodovias e portos aos estados, as concessões da operação de rodovias e ferrovias à iniciativa privada, e a busca de novos modelos de financiamento e de parcerias com o setor privado para novos investimentos em todos os componentes do sistema de transportes do País.

Dos 55.000 Km de rodovias federais, mais 10.000 Km terão investimentos em recuperação, pavimentação e duplicação. A recuperação custou estimado de US\$ 1,25 bilhão.

Alguns projetos já demonstram claramente essa nova tendência de parceria com o setor privado.

### **Setor rodoviário**

Dos 55.000 km de rodovias federais, mais de 20.000 km serão contemplados com investimentos em recuperação, pavimentação e duplicação. Além da atuação direta do Governo Federal, com recursos do Orçamento Geral da União e financiamentos externos, o capital restante necessário para viabilizar os investimentos será obtido junto ao setor privado. Essa mobilização de recursos deverá ocorrer por intermédio dos programas de concessão e delegação aos Estados para posterior privatização.

Neste cenário, o Programa de Recuperação Descentralizada de Rodovias Federais, com custo total estimado em US\$ 1,25 bilhão, prevê a recuperação de 14.000 km de rodovias e a transferência aos estados de 13.000 km, 5.000 km dos quais estarão incluídos em programas específicos de concessão da exploração ao setor privado. Para a primeira etapa, no valor de US\$ 750 milhões, já foram contratados empréstimos com o BID e o BIRD. Os primeiros trechos encontram-se em fase de licitação.

O processo de privatização das rodovias federais, por sua vez, começou em 1993, com a constituição do Programa de Concessão de Rodovias Federais (PROCOFE). Até 1997, já foram concedidos cinco trechos rodoviários para o setor privado, num total de 856 km.

### **Setor ferroviário**

Completado todo o processo de privatização da Rede Ferroviária Federal apenas dois anos após seu início - a primeira malha, a Oeste, foi vendida em março de 1996 -, já é possível identificar alguns indicadores de melhoria da produtividade, eficiência e segurança do sistema, entre os quais:

Dois anos após a privatização da Rede Ferroviária Federal, aumentou a velocidade média do transporte nas principais malhas, cresceu a tonelagem de carga transportada e reduziu-se o número de acidentes.

- 1) redução geral no tempo das viagens, com o aumento da velocidade média de percurso nas principais malhas;

2) aumento da tonelage m de carga transportada;

3) diminuição do número de acidentes - a meta é reduzi-los em pelo menos 40% até o quinto ano de concessão.

Os ganhos obtidos em termos de volume de carga decorreram do aumento das cargas tradicionalmente transportadas em cada malha. O desafio é expandir o transporte ferroviário, mediante a incorporação de novos tipos de carga.

Os investimentos em 1997 foram da ordem de R\$ 180 milhões nas cinco malhas privatizadas. Para os próximos seis anos, a expectativa é de um investimento superior a R\$ 900 milhões.

Considerando-se o período total de concessão - 30 anos -, os investimentos totais deverão superar a cifra de R\$ 4,5 bilhões.

No setor portuário, já foram firmados mais contratos de arrendamento para exploração de terminais privativos, no valor aproximado de R\$ 600 milhões. Estão em andamento cerca de 20 processos de licitação, representando cerca de R\$ 350 milhões de inversões privadas.

Dois outras importantes iniciativas para a expansão da malha ferroviária existente, com expressiva participação da iniciativa privada, também merecem destaque:

1) Ferroeste, na ligação Guarapuava - Cascavel - Guaíra - Dourados, com 248 km já executados no Paraná (Guarapuava - Cascavel);

2) Ferronorte, que, na sua primeira etapa interliga Santa Fé do Sul (São Paulo), Aparecida do Taboado (Mato Grosso do Sul) e Esperança (Mato Grosso do Sul), já em operação a partir de maio de 1998, devendo chegar em 1999 a Alto Araguaia (Mato Grosso). Este projeto inclui a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná, em Rubinéia (São Paulo).

Com a recente federalização da FEPASA - Ferrovias Paulista S.A., cuja privatização está prevista para ocorrer ainda no 1º semestre de 1998, será concluído um processo histórico de transferência da operação ferroviária para a iniciativa privada, em todo o País.

### **Setor portuário**

A modernização do setor portuário - iniciada com a nova Lei dos Portos, nº 8630/93, e a conseqüente instalação de Conselhos de Autoridade Portuária, a constituição dos Órgãos de Gestão de Mão-de-Obra e a qualificação de operadores portuários - prossegue com a transferência à iniciativa privada de várias fases da operação dos portos, incluindo a celebração de contratos de arrendamento para exploração de terminais privativos. Já foram firmados mais de 40 contratos de arrendamento, no valor aproximado de R\$ 600 milhões. Estão em andamento cerca de 20 processos de licitação, representando cerca de mais R\$ 350 milhões de inversões privadas.

Para modernizar o setor portuário, o Governo Federal investe na infra-estrutura dos portos de Santos, Sepetiba, Suape e Pecém, estratégias para o desenvolvimento nacional, viabilizando parcerias com operadores privados.

O Governo Federal investe ainda na infra-estrutura nos portos de Santos, Sepetiba, Suape e Pecém, estratégicos para o desenvolvimento nacional, viabilizando, nesses locais, novas parcerias com operadores privados.

### **Energia e Combustíveis**

#### **Energia elétrica**

Os acréscimos de capacidade de produção e transmissão nos sistemas elétricos permitiram o atendimento do mercado consumidor em condições adequadas de confiabilidade, apesar do elevado crescimento do consumo proporcionado pelo sucesso do Plano Real.

Estão sendo construídas 9 usinas hidrelétricas com uma potência total de 3.880 mw.

Entre os empreendimentos com obras retomadas e em franco andamento, totalizando 3.880 mw de potência, destacam-se as seguintes usinas hidrelétricas:

1. Corumbá, Goiás (383 mw),
2. Miranda, Minas Gerais (390 mw),
3. Serra da Mesa, Goiás (1.293 mw),
4. Canoas I e II, São Paulo e Paraná (155 mw),
5. Igarapava, Minas Gerais (210 mw), e
6. Itá, Santa Catarina (1.450 mw).

Foram construídas novas linhas de transmissão e novas subestações de energia para escoar a produção das usinas hidrelétricas. A malha estará composta por um total superior a 60 mil km de circuitos em níveis de tensão iguais ou superiores a 230 kv.

Devem ser mencionadas também outras duas obras importantes:

Salto Caxias, Paraná (1.240 mw);

Porto Primavera, São Paulo (1.814 mw), incluída no processo de reestruturação do setor elétrico paulista.

Para o escoamento da energia gerada até os principais centros de consumo, o sistema elétrico recebeu o reforço de novas linhas de transmissão e subestações em diversas regiões. Assim sendo, a malha nacional estará composta por um total superior a 60.000 km de circuitos em níveis de tensão iguais ou superiores a 230 kv.

Entre as obras prioritárias para o período 1996-1998 estas são as mais relevantes:

- a interligação do sistema elétrico do Norte-Nordeste com o sistema elétrico Sul-Sudeste-Centro-Oeste;

- a conclusão da Usina de Xingó e do sistema de transmissão a ela associado;

- a linha de transmissão da Usina de Tucuruí para atender ao mercado da região Oeste do Pará;

- a produção de gás natural da bacia do Solimões (província petrolífera de Urucu) para geração termelétrica em toda a Amazônia Legal.

Está sendo realizada a regulamentação na área de concessões, permitindo que o Estado reduza os investimentos diretos e passe a exercer o poder concedente, regulador e fiscalizador, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Estão sendo regulamentadas as concessões que o Estado reduza os investimentos diretos e passe a exercer o poder concedente, regulador e fiscalizador, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica.

A nova arquitetura do sistema possibilitará a privatização das empresas federais de geração de energia elétrica, o que tornará viável a atração de capital privado.

Além disso, estão sendo permitidas a geração de energia por produtor independente e por autoprodutor; o acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, existentes e futuros, viabilizando definitivamente o ingresso de novos agentes.

A nova arquitetura do sistema possibilitará a privatização das empresas federais de geração de energia elétrica, o que tornará viável a atração, em larga escala, de capital privado.

### **Petróleo**

A regulamentação do setor permitiu a contratação, pela União, de empresas privadas para atividades de pesquisa, refino, importação e exportação de petróleo, gás natural e derivados, bem como o transporte desses produtos.

Foi criada a Agência Nacional do Petróleo (ANP) com a finalidade de regular os contratos e a fiscalização das atividades do setor. Emenda constitucional eliminou o monopólio estatal na exploração de serviços locais de gás canalizado, possibilitando assim a participação privada.

### **Gás natural**

#### **Gasoduto Bolívia-Brasil:**

A participação do gás natural na matriz energética brasileira deverá ser elevada a partir da importação de gás natural da Bolívia para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O projeto compreende 3.150 km de dutos, sendo 557 km do lado boliviano e 2.593 km em solo brasileiro.

No gasoduto Brasil-Bolívia, um dos empreendimentos mais importantes do Governo Federal, investirá R\$ 1,18 bilhão. O projeto km de dutos: 557 km na Bolívia e 2.593 km em solo brasileiro. O gasoduto passa por 130 municípios brasileiros.

É um dos empreendimentos mais importantes do Governo Federal com investimentos estimados em R\$ 1,18 bilhão, a serem realizados com financiamentos externos. Trata-se de uma complexa operação envolvendo praticamente todas as agências de fomento internacionais de peso - BIRD, BID, EXIMBANK JAPAN, Banco Europeu de Investimento (BEI) e Corporación Andina de Fomento (CAF) -, o que atesta a importância e a viabilidade do empreendimento. O projeto conta ainda com a parceria da PETROBRÁS, ao lado de sócios privados nacionais e estrangeiros da área de petróleo e gás natural, o que representa uma significativa mudança da postura do País nessa questão.

O fornecimento de gás em São Paulo está previsto para começar em dezembro de 1998. O gasoduto atingirá cerca de 130 municípios.

### **Gás de Urucu**

Empreendimento que consiste em explorar comercialmente o gás natural existente na região da bacia do Solimões.

O gás ali extraído será transportado, por gasodutos, diretamente para Porto Velho, em Rondônia, e para Coari e Manaus, no Amazonas. O objetivo é expandir e modernizar a geração de energia termelétrica nos Estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Amapá.

O projeto possibilitará a redução dos custos de geração elétrica e constituirá um vetor de desenvolvimento ao induzir e viabilizar novos empreendimentos industriais, bem como proporcionar benefícios sociais e ambientais à região amazônica.

### **Telecomunicações**

As principais diretrizes para o setor de comunicações fundamentam-se no novo modelo institucional e na atualização da regulamentação para os serviços, com base em critérios de concorrência para a outorga de concessões e permissões. Ao mesmo tempo formulou-se um amplo programa de investimentos na expansão e modernização dos serviços postais e de telecomunicações, a serem

Serão investidos R\$ 36,7 bilhões no período para modernizar e expandir os serviços de telecomunicações.

executados por empresas públicas e privadas.

No plano institucional, a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações criou as condições necessárias para implantar o órgão regulador. Paralelamente, serão tomadas as medidas relativas ao detalhamento do programa de privatização das empresas do sistema TELEBRÁS, à elaboração da regulamentação básica essencial ao ciclo da competição, ao desenvolvimento do Plano Geral de Outorgas e do Plano de Metas de Universalização dos Serviços, ambos documentos previstos na nova Lei Geral. Esses trabalhos foram acelerados para que a privatização do sistema seja concluída até o final de 1998.

O Ministério das Comunicações estará lançando ao longo de 1998 editais para outorgas de concessões e permissões para a exploração de diversos serviços: 1.400 para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; 1.000 para o serviço de radiochamada (paging); 500 para o serviço de trunking; 500 para o serviço de radiotáxi; 4 para ocupação de órbitas de satélites notificados pelo Brasil; 2 para o serviço de radiocomunicação aeronáutica; e 10 para o serviço móvel celular. Em 1997, foram implantados pela iniciativa privada os primeiros sistemas de satélite de baixa órbita não-estacionária.

A privatização e as concessões no setor de telecomunicações foram disciplinadas. O Estado agora exerce o poder concedente, regulador e fiscalizador, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações.

Uma reestruturação tarifária está sendo promovida pelo Governo Federal para adequar o setor de comunicações ao novo cenário de competição em âmbito mundial.

O Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (PASTE) objetiva estabelecer as diretrizes, metas, programas e projetos para a modernização e expansão dos serviços postais e de telecomunicações. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 36,7 bilhões no período 1995-99.

Foram disciplinadas a desestatização e as concessões no setor, permitindo que o Estado passe a exercer o poder concedente, regulador e fiscalizador, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Em 1997, a Embratel inaugurou a primeira etapa da Rede Nacional de Fibras Óticas, que ligará o Brasil às redes de comunicações mundiais. O cabo de fibra ótica é constituído de filamentos de vidro (sílica), pelo qual transitam sinais de raios laser na velocidade da luz, com capacidade de transmitir até cem vezes mais informações (imagens, sons, dados e sinais) do que o sistema convencional de comunicações. As redes de fibras óticas são chamadas de infovias, ou superestradas de informação.

Essa primeira etapa, que liga Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a Fortaleza, no Ceará, numa rota de 8.515 quilômetros de extensão, passa por todas as capitais estaduais localizadas no litoral, entre as duas cidades. Até 1999, outros 10.211 quilômetros de rotas estarão fechando a malha de comunicação das regiões Norte e Centro-Oeste. A partir do ano 2.000, uma terceira fase será implantada, com 8.701 quilômetros, concluindo a interligação de todas as capitais e principais cidades do País. A conclusão da rede cria um sistema de cabos óticos que fará a conexão com redes localizadas em mais de 40 países, escoando o tráfego de informações entre os países sul-americanos e o resto do mundo. O Brasil ocupará então uma posição estratégica no setor de telecomunicações.

A implantação da Rede Nacional de Fibras Óticas resultará no descongestionamento das telecomunicações por meio de um sistema com alta velocidade, maior capacidade de transmissão de informações, e livre de interferências externas como, por exemplo, eletromagnéticas.

Nessa primeira fase de implantação, o sistema de fibras óticas está conectado aos sistemas internacionais dos cabos submarinos do Atlântico Sul. Até 1999, está prevista a ativação do cabo ótico Atlantis II, que ligará a América do Sul (Fortaleza e Las Toninas, na Argentina) à África (Senegal e Cabo Verde) e à Europa (Portugal e Espanha), com uma extensão de 11.000 quilômetros. O Atlantis II se interligará aos sistemas Americas 1, Columbus II, Unisur e outros, formando um anel de fibra ótica na região do Oceano Atlântico. A implantação do Atlantis II está a cargo de um consórcio internacional integrado pela Embratel, Telintar (Argentina), Cabo Verde Telecom (Cabo Verde), Sonatel (Portugal), Telecom Itália, France Telecom e Deutsch Telekom (Alemanha).

A primeira etapa da Rede Nacional de Fibras Óticas inaugurada em 1997, liga Porto Alegre a Fortaleza numa rota de 8.515 quilômetros de extensão, passando por todas as capitais estaduais localizadas no litoral, entre as duas cidades. A partir do ano 2000, com a conclusão de toda a Rede, o Brasil ocupará uma posição estratégica nas telecomunicações mundiais.

## MENOS BUROCRACIA E MAIS SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

A desburocratização e a simplificação tributária constituem um importante fator de competitividade, principalmente para as micro e pequenas empresas. O Governo Federal tem proporcionado maiores facilidades de criação e menores custos de operação às empresas de pequeno porte.

Foi instituído o SIMPLES, sistema que engloba apenas um documento diversos impostos e contribuições, facilitando a operação de pequenas empresas. Cadastraram-se neste sistema 1,7 milhão de estabelecimentos.

A Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), que engloba em apenas um documento diversos títulos e contribuições. Cadastraram-se neste sistema 1,7 milhão de empresas. A nova lei prevê a adesão dos estados e municípios, permitindo-se que sejam incluídos o ICMS e o ISS nesse sistema.

Em parceria com diversas instituições, o Departamento Nacional de Registro de Comércio, órgão do MICT, implantou no Distrito Federal um projeto-piloto que simplifica o registro das empresas: o processo pode ser feito em 24 horas.





#### 4. CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE INSTITUCIONAL FAVORÁVEL À MAIOR COMPETITIVIDADE

A quarta linha mestra do Governo Federal é a criação de um ambiente institucional adequado às melhores práticas competitivas. Inserem-se nesta linha os mecanismos e instrumentos de defesa comercial contra práticas desleais de parceiros no exterior, a defesa contra práticas restritivas ao pleno funcionamento do mercado (defesa da concorrência) e a proteção dos direitos do consumidor.

Em face do novo cenário definido pela dinâmica da globalização e pela conclusão da Rodada Uruguai, no âmbito externo, e pela abertura da economia e busca da eficiência comercial, no âmbito interno, o Governo brasileiro teve de adequar a legislação e as estruturas administrativas e institucionais, com vistas à aplicação dos instrumentos de defesa comercial.

No período 1992-96, o Brasil ocupava o oitavo lugar entre os países que mais aplicaram medidas antidumping, sendo superado pelos Estados Unidos, União Européia, Canadá, México, Austrália, e Nova Zelândia.

Tais mecanismos e instrumentos vêm sendo acionados por equipes técnicas especializadas em averiguação de práticas de dumping e subsídios e medidas de salvaguarda.

Em 1991, quando começou o cronograma de redução tarifária no âmbito do processo de liberalização comercial, foram abertas 10 investigações. Em 1992, apenas 2 investigações. Em 1993, cresceram para 28. O número caiu para 16, em 1994, e para 5, em 1995. Em 1996 foram iniciadas 17 ações.

O Brasil ocupava o oitavo lugar entre os países que mais aplicaram medidas, antidumping entre 1992 e 1996, sendo superado pelos Estados Unidos, União Européia, Canadá, México, Austrália, Turquia e Nova Zelândia.

Medidas de salvaguarda foram aplicadas a produtos têxteis e brinquedos para atenuar o custo de ajustamento das indústrias nacionais em situações de abertura comercial como a realizada pelo Brasil.

Medidas de salvaguarda foram aplicadas a produtos têxteis e brinquedos para atenuar o custo de ajustamento das indústrias nacionais em situações de abertura comercial como a realizada pelo Brasil. No caso dos produtos têxteis não existe a necessidade de compromisso de ajuste, porque trata-se de salvaguarda transitória, no âmbito do Acordo de Têxteis e Vestuário. O término do Acordo está previsto para 2005, quando o comércio de têxteis será liberalizado.

A defesa comercial é a resposta às práticas de dumping de subsídios e também aos expressivos prejuízos causados à indústria doméstica por surtos de importação de determinado produto. A defesa comercial não é uma exceção ao processo de abertura, mas uma garantia de seu próprio sucesso. Para operar esses instrumentos foi criado, em maio de 1995, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM), no âmbito da SECEX do MICT.

O **Quadro 10** mostra o número de investigações realizadas no período de 1988 até outubro de 1997, designando o setor produtivo e o que ocorreu - se a investigação foi encerrada com ou sem a aplicação de medidas, ou se ainda não foi concluída.

**Quadro 10**  
**Investigações Antidumping, de Subsídios e de Salvaguardas**

	Químico	Metais	Têxtil	Agro-industrial	Diversos	Total
Situação Encerrada	15	7	4	7	14	47
Encerrada com medida	7	3	1	3	8	22
Encerrada sem medida	8	4	3	4	6	25
Em análise	2	2	1	1	4	10
Total	17	9	5	8	18	57

Fonte: SECEX/MICT



# NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

## Desenvolvimento e Competitividade

### 5. ESTÍMULO À EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

#### POLÍTICA EDUCACIONAL

A quinta linha mestra da Política Industrial é a habilitação da força de trabalho para a competitividade. A tarefa está sendo realizada pela política educacional do Governo, orientada para a implementação de medidas que solucionem os graves problemas educacionais ainda existentes, assim como pelas iniciativas voltadas para a formação profissional. Essas iniciativas são desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Trabalho (MT).

No âmbito da política educacional são estes os principais programas e atividades.

#### 1) *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*

Instituído em 1996, assegura ao ensino fundamental R\$ 13 bilhões por ano de recursos vinculados, dos quais cerca de 60% serão obrigatoriamente destinados ao pagamento de salários do magistério. O objetivo é promover uma verdadeira reforma na educação fundamental, elevando-se os recursos aplicados nos estados e municípios de menor arrecadação. A implementação dessa política será feita de maneira compartilhada pelo Governo Federal, estados e municípios.

Fundo especial aplicará R\$ 13 bilhões por ano ao ensino fundamental. Mais da metade desse recurso será destinada, obrigatoriamente, ao pagamento de salários do magistério, valorizando assim o trabalho do professor.

#### 2) *Programa Toda Criança na Escola*

Em 1998, R\$ 380 milhões serão investidos em projetos cujo objetivo é a matrícula de todas as crianças em idade escolar e a sua permanência na escola, revertendo os indicadores de evasão e repetência, aumentando o índice de conclusão do primeiro grau e a escolaridade média da população.

A TV Escola — ensino fundamental pela televisão — já alcança 23 milhões de alunos, em mais de 100 mil escolas.

#### 3) *Melhoria da qualidade do ensino*

Consiste na adoção de medidas tais como o Censo Escolar Anual, o Sistema de Informações Educacionais, o Sistema de Avaliação do Ensino Básico, o Exame Nacional do Ensino Médio, o Exame Nacional de Cursos, a avaliação sistemática do livro didático, a implantação da TV Escola (que já alcança 40 mil escolas de ensino fundamental, com mais de 23 milhões de alunos) e os Novos Parâmetros Curriculares Nacionais. Todas essas ações estão direcionadas para as quatro primeiras séries do ensino fundamental.

#### 4) *Dinheiro na Escola*

É um programa de repasse de recursos federais diretamente às escolas, por meio de caixas escolares, sem a intermediação de prefeituras ou de outras entidades, eliminando assim entraves burocráticos e estimulando a autonomia de gestão. O dinheiro tem destinação específica. Deverá ser aplicado na compra de material de manutenção; pequenos reparos de manutenção e conservação da unidade escolar; compra de material de consumo para o funcionamento da escola; aquisição de material permanente; avaliação de aprendizagem dos alunos; treinamento e aperfeiçoamento de profissionais da educação; implementação de projetos pedagógicos; e capacitação de professores. Municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária ganham acréscimo de 30% na dotação com a finalidade específica de compra de material escolar para os alunos. Organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, que atendem até 5 alunos, recebem até R\$ 50 anuais por aluno para aquisição de material escolar para estudantes carentes ou que necessitem de educação especial (deficientes físicos).

Em 1997, foram repassados R\$ 279 milhões. O orçamento previsto para 1998 é de R\$ 311 milhões.

#### 5) *Projeto Nordeste*

O Projeto Nordeste será concluído ainda em 1998. Como há necessidade de manter um grande aporte de recursos para a região, assim como estender o atendimento ao Norte e ao Centro-Oeste, o MEC está preparando um novo programa para o ensino fundamental dessas regiões.

Toda a capacidade de formação profissional está sendo mobilizada para capacitar e qualificar trabalhadores. Em 1998, prevê-se o treinamento de 11 milhões de pessoas.

Esse novo programa será o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), a ser iniciado ainda em 1998, com a previsão de término em 2006. O FUNDESCOLA terá um total de US\$ 1,3 bilhão para investimentos em educação nas três regiões, a ser desembolsado em três fases. Para a primeira fase (1998 e 1999) estão previstos US\$ 125 milhões; na segunda, US\$ 600 milhões; e na terceira, US\$ 575 milhões. Metade dos recursos serão da União — provenientes do Salário-Educação — e a outra metade oriundos de empréstimos junto ao BIRD. Na primeira fase serão atendidas as 82 cidades que formam as microregiões das dez capitais do Norte e do Centro-Oeste, onde reside 44% da população em idade escolar (7 a 14 anos). A região Nordeste será atendida a partir da segunda fase do Fundescola, após o término do Projeto Nordeste.

#### 6) *Programa de Informática na Educação (PROINFRO)*

Instalação de 100.000 computadores em cerca de 6.000 escolas até o final de 1998.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional é um dos fatores críticos para o aumento da capacidade competitiva da economia de uma Nação. Está sendo implementada uma ampla reforma do ensino médio e técnico-profissional, propiciada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A meta do Plano Nacional de Educação Pro é qualificar anualmente, a partir de 1999, p 20% da população economicamente ativa, r equivalente a cerca de 15 milhões de trabal

A reforma estabelece a complementaridade da formação acadêmica com a tecno-profissional, podendo a última ser modulada ou seriada, com saídas intermediárias que não configuram conclusão do curso técnico ou do 2º grau, mas qualificam para o trabalho. Com a modularização, amplia-se o acesso de estudantes do 2º grau aos cursos técnicos, ao mesmo tempo em que se qualifica para o trabalho em diferentes níveis.

A articulação da rede dos estabelecimentos de formação tecno-profissional federais e estaduais, públicos e privados, com o sistema de qualificação e requalificação do Ministério do Trabalho e das Secretarias Estaduais do Trabalho, permitirá a melhor utilização da capacidade instalada e aperfeiçoará a vinculação do ensino com as necessidades do mundo do trabalho. Nesse contexto, as instituições federais de educação tecnológica transformar-se-ão em centros de referência para as redes estaduais e para o segmento comunitário de educação profissional. Até o ano 2000, as matrículas nessas instituições deverão passar dos atuais 110 mil para 600 mil alunos.

No período 1997-2000, serão investidos R\$ 500 milhões na transformação de 78 escolas federais em centros de referência, no reordenamento de 18 sistemas estaduais de ensino profissional, na implantação de 108 centros estaduais de educação e na ampliação do atendimento ao segmento comunitário, por meio da criação de 60 escolas de profissionalização, e do apoio a mais 180 estabelecimentos similares.

Os planos de qualificação profissional ater em 1996, a 48% do total dos municípios br

Os recursos são provenientes de empréstimo de R\$ 250 milhões do BID e da contrapartida no mesmo valor oriundas do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os recursos do FAT para formação profissional estão sendo aplicados por meio do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), conduzido pelo Ministério do Trabalho. O objetivo é mobilizar toda a capacidade de formação profissional do País, para que, a partir de 1999, seja possível qualificar e requalificar, anualmente, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA), o equivalente a cerca de 15 milhões de trabalhadores. Na primeira etapa do PLANFOR, em 1996, foram treinados 5 milhões de trabalhadores. Em 1997, esse número aumentou para 8 milhões. Para 98, prevê-se o treinamento de 11 milhões de pessoas.

Os planos de qualificação profissional ater 629 municípios carentes de recursos, selec pelo programa Comunidade Solidária. Pela vez boa parte dessa população teve acess program de qualificação, ou mesmo a alg programa social do Governo.

O PLANFOR orienta-se por duas linhas de atuação:

- 1) Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), coordenados pelas Secretarias Estaduais do Trabalho e pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego;
- 2) Parcerias nacionais e regionais com entidades governamentais e não-governamentais.

Em 1996, o PLANFOR aplicou no treinamento de 5 milhões de trabalhadores R\$ 3 bilhões em investimentos totais. Neste primeiro ano de implementação, os PEQs alcançaram 1,193 milhão de treinandos, para uma meta inicial de 750 mil. Os programas ministrados nos PEQs abrangeram 14 programas nacionais e mais diversos programas estaduais de educação profissional.

Os cursos tiveram, em média, 103 horas por aluno. Essa carga horária é superior aos treinamentos similares do Sistema S (SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAR, SENAT, SESC, SESI e SEST). A carga também é significativa quando comparada às médias internacionais. Os países europeus mais desenvolvidos, por exemplo, investem entre 6% e 8% das horas trabalhadas por ano em qualificação profissional. No Brasil, para uma jornada anual estimada em 2.000 horas, a média dos PEQs representaria cerca de 5%.

É importante mencionar ainda o fato de os PEQs terem atingido, já no primeiro ano de implantação, 2.614 municípios, ou 48% dos existentes em 1996. Os Planos também beneficiaram 629 municípios atendidos pelo Programa Comunidade Solidária, representando 57% dos selecionados por este Programa. Portanto, a qualificação chegou onde é mais necessária: aos desempregados, aos trabalhadores sob risco de perda de emprego, aos trabalhadores do mercado informal e aos pequenos produtores das áreas urbana e rural. Pela primeira vez, boa parte dessa população teve acesso a algum programa de qualificação ou mesmo a algum programa social do Governo.

O ensino superior receberá R\$ 1 bilhão de investimentos para sua modernização e qualificação, o que reverterá em efeitos importantes na capacitação de recursos humanos e na melhoria das condições de competitividade da economia brasileira.



# NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

## Desenvolvimento e Competitividade

### CONCLUSÃO

A Nova Política Industrial - Desenvolvimento e Competitividade é uma consequência da estabilização econômica alcançada com o Plano Real. A exaustão do modelo de substituição de importações e, em seguida, a abertura comercial e a estabilização econômica contribuíram para criar as condições necessárias à consistência da política governamental direcionada para o desenvolvimento e a competitividade da indústria. Os novos tempos exigem o aperfeiçoamento da qualidade de bens e serviços, a redução dos custos e a ampliação da participação no comércio exterior.

A competitividade resulta de uma relação de sinergia entre investimentos em infra-estrutura, inovação tecnológica em produto, processo e design, educação e capacitação da força de trabalho, e desenvoltura empresarial no mercado externo.

O esforço coordenado entre ministérios, agências governamentais, empresas públicas e privadas, associações e entidades empresariais resultou numa verdadeira revolução silenciosa.

Essa transformação tem início com mudanças radicais na infra-estrutura dos sistemas de transportes, de energia e de comunicações efetuadas pelo Programa Brasil em Ação e nos investimentos financiados pelo BNDES. Passa pela inovação tecnológica criada na parceria entre universidade e empresa, pelo treinamento e qualificação profissional do trabalhador, pelo design que caracteriza o produto fabricado no Brasil e chega ao nicho de mercado no exterior identificado e pesquisado pelos serviços de informação-inteligência comercial do Ministério das Relações Exteriores.

A inovação gerencial representada pelo Programa Brasil em Ação não é de grande significado apenas para o controle e cumprimento dos cronogramas dos projetos de investimentos de grande porte da infra-estrutura física, rodovias, ferrovias, energia elétrica e comunicações. Ao assumir a condição de agente mobilizador e articulador de iniciativas, o Governo Federal está colocando em prática o novo papel do Estado, orientado para funções de regulação e não mais para o provimento de bens e serviços que possam ser supridos por produtores ou operadores privados.

O BNDES passou a desempenhar um papel de instrumento fundamental de promoção da modernização produtiva, não somente pelo maior volume de recursos que aplicou nos diversos setores da atividade produtiva, mas também pela nova postura gerencial de adequar seus instrumentos às reais necessidades dos tomadores dos seus empréstimos.

O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo exerceu seu papel de formulador e executor de políticas e programas voltados a elevar o País a melhores posições diante de seus parceiros e concorrentes no cenário internacional. O Brasil apresenta hoje a 6ª maior taxa de crescimento em certificados de qualidade da série ISO 9.000. Em 1997, 2.219 empresas receberam esse certificado. Nos certificados de Sistema de Gestão Ambiental - ISO 14.000 - estão habilitadas 20 empresas nacionais. A organização da infra-estrutura para certificação em gestão ambiental ocorreu no Brasil ao mesmo tempo em que foi lançado o movimento internacional.

No campo da inovação tecnológica, a política de incentivos fiscais aumentou a participação das empresas privadas em pesquisa e desenvolvimento. Nos últimos 4 anos registraram-se R\$ 2 bilhões de investimentos. Para cada Real de renúncia fiscal as empresas estão investindo em média R\$ 4,09. O dispêndio brasileiro em Ciência e Tecnologia, que até então jamais ultrapassara a marca de 0,7% do Produto Interno Bruto, atualmente é de 1,19%.

Na Educação, as metas são ambiciosas. Os cursos profissionalizantes experimentam uma completa reformulação, investiu-se em teleducação (40 mil escolas com mais de 23 milhões de alunos) e 6.000 unidades de ensino em todo o País serão equipadas com 100 mil computadores até dezembro de 1998.

Treinamento, reciclagem e qualificação de trabalhadores também envolvem uma ampla parceria com organizações privadas, governos estaduais e municipais. Em 1997, passaram pelos bancos escolares cerca de 8 milhões de trabalhadores, com prioridade para o desempregado ou o trabalhador que corre risco de perda de emprego. Para 98, estima-se o treinamento de 11 milhões de pessoas. O objetivo final está mais além: a partir de 1999 treinar, anualmente, 20% da população economicamente ativa - cerca de 15 milhões de pessoas.

As iniciativas aqui demonstradas são parte da estrutura da Nova Política Industrial - Desenvolvimento e

Competitividade. São exemplos de como o Governo Federal esforça-se para melhorar a educação e qualificação profissional de sua gente, modernizar os métodos de gestão e de produção, reduzir o custo de bens e serviços, e criar condições para ser mais competitivo no mercado internacional.

A síntese desse esforço é um Brasil socialmente mais justo. E no cenário mundial, um País mais forte.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Glossário](#)



## GLOSSÁRIO

### A

- ABICALÇADOS — Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
- ABIMÓVEL — Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário
- ABINEE — Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica
- ACC — Adiantamento de Contrato de Câmbio
- ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações
- ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica
- ANP — Agência Nacional do Petróleo
- ASSESPRO — Associação Brasileira das Empresas de Software e Serviços

### B

- BB — Banco do Brasil
- BEI — Banco Europeu de Investimento
- BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD — Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. Banco Mundial
- BNDES — Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- BNDES Exim — Programa de Crédito ao Comércio Exterior. BNDES

### C

- CAF — Corporación Andina de Fomento
- CAMEX — Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República
- CECEX — Comitê de Crédito às Exportações
- CEE — Classificação Especial de Equipamentos
- CENAPAD — Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho
- CNI — Confederação Nacional da Indústria
- CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério da Ciência e Tecnologia
- CONMETRO — Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial

### D

DECEX — Departamento de Operações de Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

DECOM — Departamento de Defesa Comercial. Secretaria de Comércio Exterior. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

DEPOC — Departamento de Políticas de Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

## E

EDC — Export Development Corporation. Corporação de Desenvolvimento de Exportação do Canadá

EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica

ENCOMEX — Encontros de Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

EXIMBANK JAPAN — Export Import Bank of Japan. Banco de Exportação e Importação do Japão

## F

FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador. Ministério do Trabalho

FEPASA — Ferrovia Paulista S.A.

FGPC — Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade. Fundo de Aval. BNDES

FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINAME — Financiamento de Máquinas e Equipamentos para a Indústria. BNDES

FINAMEX — Financiamento para Máquinas e Equipamentos para Exportação. BNDES

FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos. Ministério da Ciência e Tecnologia

FINOR — Fundo de Investimento do Nordeste

FNDCT — Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ministério da Ciência e Tecnologia

FOB — Free On Board. Livre a bordo. Termo utilizado em negociação internacional, criado pela Câmara de Comércio Internacional

FORFEX — "Forfaiting" para exportação. Linha de crédito que financia as exportações brasileiras na etapa posterior ao embarque da mercadoria, mediante o desconto de cambiais de exportação – letra de câmbio ou saques – por uma agência do Banco do Brasil no exterior. "Forfaiting" significa a compra, por parte da instituição financeira ("forfaior"), de instrumentos de crédito com vencimentos a prazo, vinculados a uma transação de exportação. Todos os riscos - políticos, monetários, comerciais – são transferidos ao "forfaior", não cabendo, portanto, nenhuma responsabilidade futura ao exportador.

FUNCEX — Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

FUNDESCOLA — Fundo de Fortalecimento da Escola. Ministério da Educação

FUNRES — Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

## G

GMC — Grupo Mercado Comum do Mercosul

## I

IBGE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento e Orçamento

IBGM — Instituto Brasileiro de Gemas, Jóias e Metais Preciosos

ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INMETRO — Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

INT — Instituto Nacional de Tecnologia

IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados

ISO — International Organization for Standardization. Organização Internacional para Normalização. Organização não governamental que congrega entidades de normalização de mais de 90 países. A ISO produz normas técnicas, cuja adoção é voluntária, para unificação de metodologias e critérios, padronizados, para garantia da qualidade de produtos e serviços. A missão da ISO é a elaboração de normas técnicas internacionais em todas as áreas da indústria, com exceção da eletrotécnica.

ISO SÉRIE 9000 — Normas técnicas para seleção das demais normas da série, nas quais incluem-se também aspectos conceituais relativos à qualidade.

ISO 9001 — Inclui atividades desde o projeto do produto até a assistência técnica pós venda.

ISO 9002 — É aplicável nas situações em que o projeto não é elaborado pelo fornecedor.

ISO 9003 — Aplica-se quando o fornecedor tem que demonstrar sua capacidade na realização de inspeção e ensaio de produtos acabados.

ISO 9004 — Voltada para a gestão da qualidade em situação não contratual onde não se objetiva a certificação.

ISO SÉRIE 14000 — Refere-se a sistemas de gestão ambiental.

ISS — Imposto sobre Serviços

ITC — Internacional Trade Center

## L

LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIBOR — London Interbank Offered Rate. Taxa de juros interbancária da praça de Londres.

LSE — Laboratórios para Prestação de Serviços Técnicos Especializados

## M

MCT — Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC — Ministério da Educação e do Desporto

MF — Ministério da Fazenda

MICT — Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

MP — Medida Provisória

MRE — Ministério das Relações Exteriores

MT — Ministério dos Transportes

MTb — Ministério do Trabalho

## N

NAR — Núcleo de Atendimento Remoto

## O

OGMO — Órgão de Gestão da Mão de Obra. Setor portuário

OMC — Organização Mundial do Comércio

## P

PAB — Programa do Artesanato Brasileiro

PACTI — Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria. Ministério da Ciência e Tecnologia

PADCT — Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ministério da Ciência e Tecnologia

PASTE — Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal. Ministério das Comunicações

PBQP — Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade

PDTA — Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário. Ministério da Ciência e Tecnologia

PDTI — Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial. Ministério da Ciência e Tecnologia

PEA — População Econômica Ativa

PEQ — Plano Estadual de Qualificação. Plano Nacional de Educação Profissional. Ministério do Trabalho

PIB — Produto Interno Bruto

PLANFOR — Plano Nacional de Educação Profissional. Ministério do Trabalho

PNPE — Programa Novos Pólos de Exportação

PPA — Plano Plurianual

PROCOFE — Programa de Concessão de Rodovias Federais. Ministério dos Transportes

PRODENGE — Programa de Desenvolvimento das Engenharias. Financiadora de Estudos e Projetos. Ministério da Ciência e Tecnologia

PROEX — Programa de Financiamento às Exportações. Banco do Brasil.

PROINFRO — Programa de Informática na Educação. Ministério da Educação

## R

RBE — Rede Brasileira de Engenharia. Financiadora de Estudos e Projetos. Ministério da Ciência e Tecnologia

RECOPE — Redes Cooperativas de Pesquisa. Financiadora de Estudos e Projetos. Ministério da Ciência e Tecnologia

REENGE — Reengenharia do Ensino de Engenharia. Financiadora de Estudos e Projetos. Ministério da Ciência e Tecnologia

**REGIME EX TARIFÁRIO** — É utilizado para conferir tratamento tarifário diferenciado a determinado produto que esteja compreendido com outros em um mesmo código da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. Atualmente só é empregado para bens de capital, bens de informática e de telecomunicações.

**RENAV** — Rede Nacional de Alta Velocidade. Ministério das Comunicações

**RNP** — Rede Nacional de Pesquisas. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ministério da Ciência e Tecnologia.

**RODADA URUGUAI** — Periodicamente, os países participantes do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) promovem negociações multilaterais ("rounds" ou "rodadas"), onde são estabelecidas reduções tarifárias e discutidos outros assuntos relacionados com a expansão do comércio internacional. A Rodada Uruguai, encerrada em 1993, depois de sete anos de discussões, abordou, entre outros temas, uma redução geral das tarifas de importação. Os membros do GATT concordaram com a redução dessas tarifas em 37%, em média. Em 1º de janeiro de 1995, o GATT foi sucedido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

## **S**

**SDB** — The State Development Bank of China.

**SEBRAE** — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SECEX** — Secretaria de Comércio Exterior. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

**SENAC** — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAI** — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SENAR** — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SENAT** — Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes

**SEPIN** — Secretaria de Política de Informática e Automação. Ministério de Ciência e Tecnologia

**SESC** — Serviço Social do Comércio

**SESI** — Serviço Social da Indústria

**SEST** — Serviço Social de Transportes

**SIMPLES** — Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

**SINAPAD** — Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho

**SIPRI** — Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas. Ministério das Relações Exteriores

**SISTEMA S** — Sistema formado por SENAC, SESC, SENAI, SESI, SEBRAE, SENAR, SENAT e SEST

**SOFTEX 2.000** — Programa Nacional de Software para Exportação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ministério da Ciência e Tecnologia.

**SUDAM** — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

**SUDENE** — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## **T**

**TEC** — Tarifa Externa Comum do Mercosul

TELEBRÁS — Telecomunicações Brasileiras S.A. Ministério das Comunicações

TJLP — Taxa de Juros de Longo Prazo

**U**

UNCTAD — United Nations Conference on Trade and Development. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

---

[Página Principal](#)

[SECOM](#)

[Publicações](#)

[Sumário](#)